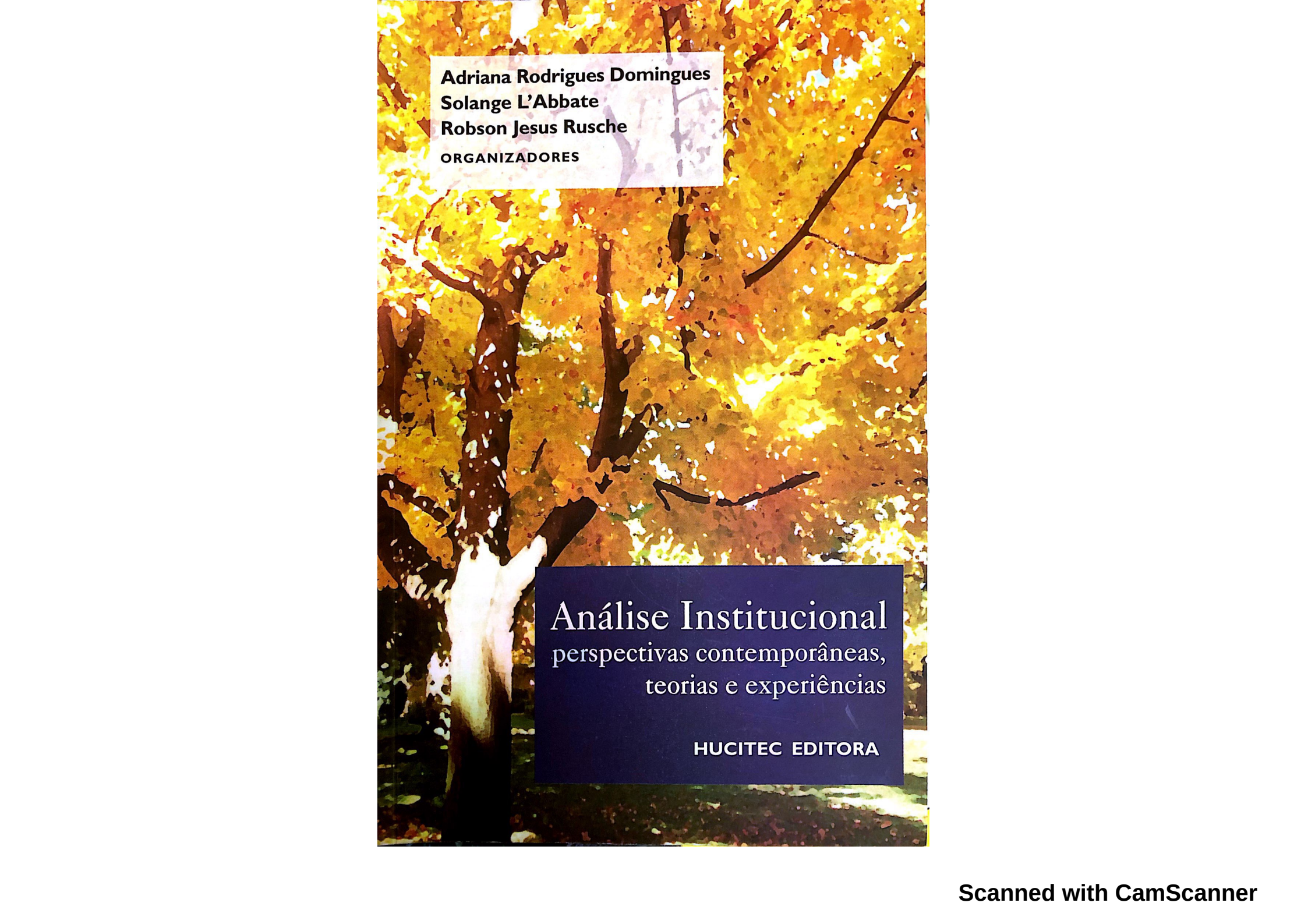




**Adriana Rodrigues Domingues
Solange L'Abbate
Robson Jesus Rusche**
ORGANIZADORES

Análise Institucional
perspectivas contemporâneas,
teorias e experiências

HUCITEC EDITORA

ADRIANA RODRIGUES DOMINGUES
SOLANGE L'ABBATE
ROBSON JESUS RUSCHE

ANÁLISE INSTITUCIONAL
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS,
TEORIAS E EXPERIÊNCIAS

HUCITEC EDITORA
São Paulo, 2019

© Direitos autorais, da organização, 2018, de
Adriana Rodrigues Domingues
Solange L'Abbate
Robson Jesus Rusche.
Direitos de publicação da
Hucitec Editora Ltda.
Rua Dona Inácia Uchôa, 209
04110-020 São Paulo, SP.
Telefone (55 11 3892-7772)
www.huciteceditora.com.br
lerereleer@huciteceditora.com.br

Depósito Legal efetuado.

Coordenação editorial
MARIANA NADA

Assessoria editorial
KÁTIA REIS

Circulação
comercial@huciteceditora.com.br
Tel.: (11)3892-7776

CIP-Brasil. Catalogação na Publicação
Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ

A551

Análise institucional : perspectivas contemporâneas, teorias e experiências / [organização Adriana Rodrigues Domingues, Solange L'Abbate, Robson Jesus Rusche]. - 1. ed. - São Paulo : Hucitec, 2019.
422 p. ; 21 cm. (Saúde em debate ; 283)

Inclui índice
ISBN 978-85-8404-165-7

1. Psicologia social. 2. Associações, instituições, etc. I. Domingues, Adriana Rodrigues. II. L'Abbate, Solange. III. Rusche, Robson Jesus. IV. Série.

18-54231

CDD: 306
CDU: 316.614

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

SUMÁRIO

- 11 **Apresentação**
Adriana Rodrigues Domingues
Solange L'Abbate
Robson Jesus Rusche
- 15 **Prefácio**
Gastão Wagner de Sousa Campos
- Parte I**
PERSPECTIVAS CONTEMPORÂNEAS
EM ANÁLISE INSTITUCIONAL
- Capítulo 1**
- 21 **O acrobata e o contrabandista: pistas (ainda) atuais**
de Lapassade e Guattari para um trabalho com grupos
em perspectiva institucional
Heliana de Barros Conde Rodrigues
- Capítulo 2**
- 75 **Análise Institucional e Saúde Coletiva: pesquisa**
e intervenção
Solange L'Abbate

- Capítulo 3
- 95 O que pode a análise institucional nas fronteiras com os mecanismos de segurança? Dispositivos de pesquisa junto a vidas presas
Maria Cristina G. Vicentin
Gabriela Gramkow
Alyne Alvarez Silva
Julia Hatakeyama Joia

- Capítulo 4
- 123 Ativo-passivo, feminino-fálico: o trabalho das polaridades no seio das equipes
Georges Gaillard
Jean-Pierre Pinel

Parte II
ABORDAGENSTEÓRICO-METODOLÓGICAS
EM ANÁLISE INSTITUCIONAL

- Capítulo 5
- 147 Psicanálise e política para a análise e transformação das instituições
Erich Montanar Franco

- Capítulo 6
- 170 René Lourau e o uso do diário de campo como dispositivo da análise institucional
Adriana Rodrigues Domingues

- Capítulo 7
- 196 Georges Lapassade: instituído e instituinte como movimentos de dimensão institucional
Robson Jesus Rusche

- Capítulo 8
- 222 Cartografias esquizoanalíticas: as linhas institucionalistas em movimentação
Adriana Rodrigues Domingues
Regina Maria Santos Dias

- Capítulo 9
- 248 Michel Foucault e a constituição da sociedade disciplinar
Robson Jesus Rusche

- Capítulo 10
- 274 Erving Goffman e a etnografia das instituições totais
Robson Jesus Rusche

Parte III
EXPERIÊNCIAS
EM ANÁLISE INSTITUCIONAL

- Capítulo 11
- 297 Políticas públicas sobre drogas e população de rua: redução de danos ou controle da abstinência?
Bruna Suruagy do Amaral Dantas

- Capítulo 12
- 334 Grupos de formação em instituições de saúde: reflexões sobre os dispositivos de intervenção
Angela Biazzi Freire
Claudia Valença Fontenele
Fernando da Silveira

- Capítulo 13
- 349 Contribuições para análise das instituições do terceiro setor
Marcelo Moreira Neumann

- Capítulo 14
371 Modos de trabalhar: aproximações com as
experiências de autogestão
Andréia De Conto Garbin
Jose Estevam Salgueiro
Liliane de Paula Toledo

- Capítulo 15
391 A nau dos navegantes dos séculos XV e XVI: uma
instituição total
Robson Jesus Rusche

- 416 Sobre os Autores

Adriana Rodrigues Domingues
Solange L'Abbate
Robson Jesus Rusche

APRESENTAÇÃO

ESTE livro problematiza algumas perspectivas contemporâneas no campo da Análise Institucional e descreve experiências realizadas por um coletivo de professores do curso de Psicologia da Universidade Presbiteriana Mackenzie, contando ainda com a participação de docentes de outras universidades brasileiras e de uma universidade francesa. O objetivo da coletânea é delinear referenciais teóricos e experiências práticas fundamentadas no diálogo entre a Psicologia, as Ciências Sociais e a Saúde Coletiva, em suas interfaces com a Análise Institucional.

Na primeira parte, docentes que utilizam o método da Análise Institucional em suas pesquisas de campo resgatam o histórico do movimento institucionalista francês, enfatizando suas repercussões no contexto brasileiro, e refletem sobre as recentes produções científicas no campo e as principais questões que envolvem o trabalho do psicólogo e de outros profissionais como analistas institucionais.

A segunda parte do livro oferece elementos para compreensão das diferentes perspectivas teóricas e metodológicas da Análise Institucional, tanto em relação à pesquisa como a intervenções no âmbito de diferentes organizações. Os capítulos

Heliana de Barros Conde Rodrigues

O ACROBATA E O CONTRABANDISTA:
PISTAS (AINDA) ATUAIS DE
LAPASSADE E GUATTARI
PARA UM TRABALHO COM GRUPOS
EM PERSPECTIVA INSTITUCIONAL

EM TEXTO que me foi, num acaso feliz, apresentado por um estudante de psicologia, Stengers (1988) fustiga as instituições de transmissão de conhecimento. Produtoras de cientistas, elas os conformariam à maneira de sujeitos operacionais e intercambiáveis. Para tanto, uma estratégia principal seria utilizada: limitar a formação dos agentes à capacidade de reconhecer e trabalhar os *fatos* de cada disciplina como se fossem verdades incontestáveis.

Instigada por estas considerações, ao desenvolver, há muitos anos, uma reconstituição histórica do institucionalismo francês (Rodrigues, 1993), preocupei-me em evitar as narrativas de reconhecimento/obediência. Consciente de que o institucionalismo despertava fascinações e repúdios igualmente intensos — o que acabava por torná-lo menos *caixa de ferramentas* que *de joias* , no primeiro caso, ou *de Pandora* , no último —, optei por delimitar seus contornos em meio aos regimes de verdade, prática e subjetivação que caracterizaram a intelectualidade francesa a partir do pós-guerra. Para tanto, inúmeras histórias foram contadas, mediante procedimentos que levaram a visualizar a Análise Institucional como *figuras sucessivas de um caeidoscópio* (Veyne, 1982).

Com isso, abandonamos bases anteriormente sólidas — caracterizações da Socioanálise (Lapassade, Lourau) e da Esquizoanálise (Deleuze, Guattari) como vertentes do *rio da Análise Institucional*, por exemplo. Arriscamo-nos a *ficcionar* uma história (Foucault, 1980) a partir de uma realidade política que a torna verdadeira: intelectuais *psi* no Sudeste brasileiro, que estamos em ruptura, ao menos parcial, com o encargo social de *guardiães da ordem* (Coimbra, 1995) — ruptura para a qual o institucionalismo tem sido decisivo, desde que não o aprisionemos em mortíferas identidades. Vale ter em conta que a verdade histórica assim ficcionada também faculta engendrar o inexistente: uma construção da Análise Institucional que dê acesso ao que não sabemos — o aparentemente banal, as forças e inversões de forças — pode incrementar a invenção de táticas e a flexibilização de estratégias em nossos enfrentamentos com tudo aquilo que aparece, no presente, como intolerável.

O desenrolar deste texto apoia-se, uma vez mais, em um diagnóstico do presente. Particularmente, percebe o que se denomina *pesquisa-intervenção com grupos*, em diversos âmbitos (pedagógico, terapêutico, laboral, político, comunitário, cultural, midiático, etc.), como defrontada com inúmeros impasses: desvalorização epistemológica, invalidação sociopolítica, apropriação por forças promotoras de um ativamente despolitizante empreendedorismo calculista, etc. Ao mesmo tempo, sabe da existência de movimentos e agentes que continuam a desenvolver trabalhos grupais em ruptura com tal panorama: cuidado conceitual e crítico, análise das implicações com as instituições em jogo, aliança com forças libertárias, criação de alternativas teóricas desconstrutoras de naturalizações e invenção de dispositivos de ação/análise. Sendo assim, ao retomar, nas páginas a seguir, algumas das calidoscópicas figuras assumidas, nos anos 1960, pelas práticas conceituais e de intervenção de Lapassade e Guattari, ficcionamos o passado de um modo raramente assim construído/narrado em nossa formação — recordemos o trecho de Isabelle Stengers (1988) inicialmente

destacado. Talvez tal ficção esteja apta, em sua estranheza, a contribuir para um modo crítico de fazer trabalhos grupais, alheio às cobranças de títulos de nobreza que tendem a limitá-los a ser um produto de segunda ordem no *mercado (neoliberal) de bens de salvação*.

O calidoscópio passa a girar, tentando, ao invés de inventar *uma História*, com inicial maiúscula, aproximar-se das ilimitadas invenções *das histórias*.

Bosh, Baguette, Mojito e Spaguetti

EM 1962, *Clarté*, publicação da União dos Estudantes Comunistas (UEC), torna-se a primeira revista francesa a usar procedimentos policrômicos. No ano anterior, o corpo de Stálin fora retirado do mausoléu da Praça Vermelha, ao passo que a UEC se interessa em enviar aos mausoléus o *preto ou branco* dos tempos do dogmatismo. Tenta fazê-lo mediante as cores de *Clarté* e, igualmente, dos versos de um poeta. Em 1963, Ievtuchenko vem a Paris com seus versos de novos tempos. Entre eles, *Os herdeiros de Stálin*: “Nós o retiramos do mausoléu/ Mas como arrancar Stálin/ Dos herdeiros de Stálin?/ Certos herdeiros em retirada cortam as rosas/ Mas pensam, em segredo, que esta retirada é provisória. . .” (apud Hamon & Rotman, 1987, p. 108).

Nesse momento, convivem na UEC os *seguidistas*, prontos a defender as posições do Partido Comunista Francês (PCF); a *esquerda*, mescla de trozkistas, independentes, adeptos da linha chinesa; e os *italianos*, detentores momentâneos da hegemonia. O novo presidente, Alain Forner, recém-submetido ao comitê nacional um programa bastante distanciado da política oficial do PCF: defendia a integração europeia via Mercado Comum, a democracia formal e a emancipação cultural. Na última expressão incluíam-se da aproximação com Sartre e com a revista *Esprit* à possibilidade de fazer referências

elogiosas ao *nouveau e nouvelle* em literatura (Robbe-Grillet, M. Duras), cinema (Alain Resnais, Jean-Luc Godard), crítica (Roland Barthes) e ciências humanas (L.-Strauss e o que se virá a chamar de *estruturalismo*).

O PCF não acolhe tais posições. Ao início de 1963, *France-Nouvelle* — órgão do Comitê Central — adverte que as teses dos estudantes “prefiguram a constituição de um pequeno partido à parte do partido comunista” (Hamon & Rotman, 1987, p. 112). Apesar disso, o VI Congresso da UEC resulta na eleição de uma direção homogeneamente hostil ao PCF. Entrevistados pelo historiador François Furet, os *italianos* Alain Forner e Pierre Kahn confidenciam então: “Para nós, a equipe Thorez¹ é a velha direção stalinista [...]. Neste sentido, somos todos khrushovistas porque sentimos como uma liberação o fim do terrorismo, dos campos, da ditadura ideológica” (p. 115).

Mas em que consiste este *khrushovismo*, e mesmo os rótulos de *revisionismo* e *castrismo*, também reivindicados? Eles sugerem que os italianos sejam *bricoleurs* em que um antistalinismo visceral constitua o cimento a unir tantos pedaços distintos, sem contradição aparente. Os novos líderes estudantis não veem como insuperável sequer a mais séria das contradições: desejam ser comunistas e antistalinistas, combinando o que pensam represente *Monsieur K* (o novo número um soviético) com as esperanças da revolução cubana condensadas em Fidel e no Che, tudo sob a égide de Roma — cidade aberta, partido aberto por Palmiro Togliatti, que rejeita a ideia unitária de socialismo e propõe vias nacionais.

Esta saborosa *baguette* — mistura de Khrushov com Castro sob a direção de Togliatti — não traz doutrinas prontas. Os italianos gostam, ao contrário, de se dizer “revisionistas” e entoam, em *petit-comité*, um hino que satiriza seu próprio “programa”: “Eu sou revisionista, que cataclisma / A revolução, que

¹ Secretário-geral do PCF desde o período pré-guerra.

lorota / Depois que entrei para a UEC / Meu sentimento de classe se embotou / [...] Parece que pertenço à claqué / De Sartre, Mounier e Domenach / Ah, sim, as tendências ecléticas / Esta é minha tática” (p. 120).

O PCF não tem o mesmo humor, mas seus dirigentes reconhecem que um golpe de força não seria estratégico: limitam-se a continuar vigiando de perto seu (?) braço estudantil.

Uma “Esquerda Sindical” Estudantil

EM 1961, quando Pierre Gaudes deixou a direção da União Nacional dos Estudantes Franceses (Unef), ela podia ser considerada um sindicato de ponta. Durante a Guerra de libertação da Argélia (1954-1962), reatara relações com a União Geral dos Estudantes Muçulmanos Argelinos (Ugema), ramo universitário da Frente de Libertação Nacional (FLN). Com isso, assumira posição bem distinta do PCF, que se recusou a aderir à luta anticolonial.

A partir de 1962, no entanto, terminado o conflito argelino, a crise ronda a Unef. Aos olhos dos mais radicais, a herança da Juventude Estudantil Cristã (JEC), dominante na direção, afigura-se incapaz de mobilizar o meio estudantil. Acerca de tal estado de coisas observam Hamon & Rotman (1987): “A cada quatro anos, a «família» dos usuários da Universidade se renova [...] Durante os «acontecimentos» da Argélia [...] [se estabeleceu] um mínimo de corrente contínua entre as classes terminais do liceu e a faculdade vizinha. A ruptura, de agora em diante, é mais nítida. Batalhões de amnésicos, ignorantes dos combates anteriores, invadem os anfiteatros” (p. 186).

No Congresso de Dijon (1963), espera-se que a Unef vá parar nas mãos dos *corporativistas*, presumidamente capazes de seduzir, com promessas ditas objetivas, a nova geração universitária. Todavia, não ocorre o esperado. Dois grupos, anteriormente ligados à Fgel (Federação dos Grupos de Estudos

de Letras) e à Agemp (Associação dos Estudantes de Medicina de Paris) conquistam o auditório com um discurso que denuncia não a politização *excessiva*, mas a politização *insuficiente* da Unef. Afirmam que o problema do estudante não se limita à qualidade de sua vida *estudantil*, mas vincula-se à de sua vida enquanto tal, e que as reivindicações corporativas são incapazes de ter efeitos nos rumos da sociedade. O sucesso das falas de Antoine Griset (Fgel) e Jean-Claude Polack (Agemp) mostra que a *Esquerda Sindical* está fundada e tem futuro radioso. Seu programa: reinventar o potencial militante da Unef; favorecer a emergência de uma consciência de grupo irredutível a reivindicações pontuais (alojamentos, vagas, novas faculdades); unificar aspirações capazes de fazer dos estudantes verdadeiros atores sociais. É muito para a Unef, cujo congresso não ousa eleger Jean-Claude Polack, candidato da Esquerda Sindical. Porém Michel Mousel — membro da JEC, candidato efetivamente escolhido — recebe a missão de fazer a transição entre a velha e a nova Unef.

Entre esta e a UEC há uma verdadeira osmose. Tanto Polack e Grisez como J.-L. Péninou e Marc Kravetz, todos *sindicalistas*, aderem à organização comunista. Quanto às forças em jogo nesta adesão, é exemplar a declaração de Péninou: “Se me inscrevo na UEC, é porque não conheço endereço melhor para combater o stalinismo” (p. 190). Mas os novos sindicalistas possuem ainda outros espaços de companheirismo. Dentre eles, *La voie communiste* — grupo e jornal animados por Denis Berger e Félix Guattari —, onde, num clima de liberação radical da palavra, discutem-se os problemas quentes do momento: o stalinismo e a desestalinização; os argumentos soviéticos e chineses; os diversos trotskismos; a via pacífica para o socialismo proposta por Togliatti; a fossilização progressiva da CGT (Confederação Geral dos Trabalhadores), de hegemonia comunista). Os comunistas anti-PCF de *La Voie* estão especialmente preocupados com os efeitos da ruptura sino-soviética sobre a esquerda, temendo que esta se polarize sobre

Pequim. Mas conquanto não esteja longe o momento da criação de diversas organizações pró-chinesas na França, não é este o caso da Esquerda Sindical. Apesar de conduzidos ao comunismo por um antistalinismo militante, seus membros recusam as *organizações do ressentimento*: chineses e trotskistas lhes parecem enormemente semelhantes ao velho bolchevismo. Assim, seus interesses se dirigem a *Socialismo ou Barbárie*, grupo e revista fundados por Cornelius Castoriadis e Claude Lefort, em 1946 e 1949, respectivamente. De início ligado à seção francesa da IV Internacional, *S. ou B.* logo rompe com a versão trotskista da burocratização soviética como *acidente histórico* e passa a elaborar uma análise original dos determinantes políticos e econômicos conducentes ao estabelecimento de um regime de exploração e dominação no qual a burocracia é a nova classe privilegiada.

Como entrar na vida

ENQUANTO os jovens da UEC e Unef têm suas análises acolhidas por revistas de esquerda não comunistas (*Les Temps Modernes* e *Esprit*), outros agentes e grupos dedicam atenção especial aos *muito jovens*. Em 1963, Georges Lapassade publica *A entrada na vida*, voltado ao tema da adolescência nas sociedades modernas. Pouco tempo antes, Philippe Ariès lançara *L'enfant et la vie familiale sous l'Ancien Régime*,² resgatando um dos até então *excluídos da história*: contra as evidências da época, afirma que a infância não constitui um fato natural. Em 1964 será a vez dos lacanianos: com *A criança atrasada e a mãe*, Maud Mannoni fará, das atribulações psíquicas dos *pequenos*, efeito da estrutura edípico-familiar, responsabilizando os *grandes*.

Tomemos a tese de Lapassade: significando a expressão *entrar na vida* nascimento biológico e acesso à condição de

² Editado parcialmente no Brasil sob o título *História social da criança e da família*.

adulto, o último sentido se mostraria extraordinariamente complexo na modernidade, na qual não existe perspectiva válida de maturidade. Hipotetiza o autor, consequentemente, que esta última poderia consistir precisamente na assunção de um *inacabamento*. O *homem adulto* e as formas sociais que o instituem — escola, medicina, medicina mental, carreira profissional, etc. — se veem demolidos a golpes de martelo por esse trabalho, apoiado em Nietzsche e na face marginal de pensadores como Marx, Freud, Trotski e Heidegger.

A problematização da educação infantil não é nova na França. Embora experiências ocorridas na Europa e nos Estados Unidos — ligadas aos nomes de Pestalozzi, Dewey, Tolstói, Demolins, Montessori, Decroly, Makarenko, etc. — sejam bem conhecidas, o principal apoio dos projetos de transformação pedagógica no pós-guerra francês é Celestin Freinet.

Não obstante partilhe do projeto das novas pedagogias, Freinet adverte que se limitam a uma clientela de classes privilegiadas e, aspirando a uma *outra* escola, deseja-a *para todos*. O acaso desempenha seu papel: ferido durante a Primeira Guerra Mundial, passa a sofrer de grave insuficiência pulmonar que o impede de ministrar as tradicionais aulas magistrais. Incentiva, então, a ação e a experiência: amante da natureza, conduz seus pequenos alunos de Bar-sur-Loup a passeios pelos campos — “aulas-descoberta, aulas-exploração, aulas-investigação” (Fonvieille, 1988, p. 35). Ao mesmo tempo, lança mão de uma ideia de Paul Robin que, ao final do século XIX, utilizara a imprensa no trabalho com crianças deficientes. Esta *imprensa escolar* capaz de fornecer reconhecimento à experiência e pensamento infantil alia-se a recursos como texto e desenho livres, jornal escolar, organização de uma biblioteca, correspondência escolar, cooperativa e conselho de cooperativa no intuito de reduzir cada vez mais a distância entre professor e aluno.

Embora Freinet rejeitasse todas as formas de teorismo, três parecem ser as ideias fundamentais de sua pedagogia: a escola deve ser do povo, preparando a democracia de amanhã

a partir da democratização interna; precisa estar centrada na criança, entendida como membro da comunidade; a classe necessita ser concebida enquanto meio educativo, pois nada, senão o meio, educa (Freinet, 1969). Um acontecimento condensador desses princípios ocorre em Saint-Paul-de-Vence: fazendo pesquisas no povoado, as crianças vieram a intervir em favor de uma velha moradora numa querela contra um anti-quário rico e famoso — democracia, comunidade, meio educativo (Fonvieille, 1988, p. 35).

As ideias de Freinet chegaram a ser incorporadas a reformas educacionais levadas a cabo por diversos governos franceses, o que não impediu que o mestre fosse, igualmente, alvo de violenta repressão, sendo excluído simultaneamente do Partido Comunista e do Ensino Público. Forçado, a partir de 1934, a fundar sua própria escola, prosseguiu exercendo notável influência sobre numerosos professores. Sua pedagogia dá nascimento à CEL (Cooperativa do Ensino Leigo) e, após a Segunda Guerra Mundial, ao Icem (Instituto Cooperativo da Escola Moderna).

No início dos anos 1960, polêmicas opõem Freinet aos professores parisienses. Estes não acatam a tese de que se deva ser obrigatoriamente professor para ter direito de expressão no interior do movimento; tampouco acatam, sem modificações, ideias pedagógicas originadas em meio rural. A influência das ciências humanas, em especial da Psicoterapia Institucional versão lacaniana, é bastante forte. Também a Psicossociologia ou Psicologia dos pequenos grupos, trazida para a França via Plano Marshall — cooperação norte-americana para a reorganização econômica da Europa —, assim como o recente impulso da Sociologia, que volta a se afirmar no panorama universitário, instigam a intercâmbios com as novidades do campo intelectual.

Freinet, contudo, prefere os *práticos*, que supõe os únicos capazes de entender seu projeto. O conflito se faz inevitável e, em 1961, Raymond Fonvieille e Fernand Oury fundam um grupo exclusivamente parisiense, o GTE (Grupo de Técnicas

Educativas), dito defensor de uma *Pedagogia Institucional*. Eis algumas das perguntas que os novos freinetianos formulavam: o que implica liberar a expressão das crianças?; sabemos decifrar tais mensagens?; temos uma formação que nos permita evitar erros graves neste processo de liberação? (Fonvieille, 1988, pp. 36-7).

Os tempos são de rigor e novidades, mas, conforme *qual* novo e *qual* rigor se defenda, as cisões rapidamente se anunciam. Tentando evitá-las, em 1963 Oury e Fonvieille entram em contato com Lapassade, pedindo-lhe que leve a cabo uma análise das tensões que começam a emergir no *staff* do GTE.

Fernand Oury trabalha com *turmas de aperfeiçoamento*, às quais são enviadas crianças com supostos problemas psíquicos. Muito ligado ao irmão Jean Oury, estabelece analogias entre a Psicoterapia Institucional por este praticada e os efeitos terapêuticos dos dispositivos cooperativos Freinet. Sendo assim, passa a reunir, no GTE, um subgrupo de professores de turmas especiais, atraídos pela Psicanálise Lacaniana. Fonvieille, por sua vez, está mais próximo dos professores que atuam junto a adolescentes e cujas atenções se voltam primordialmente para o impacto político do conhecimento dos *fenômenos de grupo*.

Atuando com um grupo de estudantes da Unef que formavam o Caip (Centro de Análise e Intervenção Psicossociológica), Lapassade não traz o consenso: muito ligado à psicossociologia, apaixonou-se pelas práticas que Fonvieille desenvolve na escola de Gennevilliers. Com isso, dá-se um encontro multiplicador entre o investigador dos grupos e os praticantes de pedagogia institucional: Lapassade ganha um terreno permanente de pesquisa no campo educativo; os professores penetram no *novo mundo* da psicossociologia. Em 1964, ocorre a cisão entre os outrora rompidos com o movimento Freinet: dois grupos reivindicam agora, cada um a seu modo, o título de *Pedagogia Institucional*, pois se constituem oficialmente o GET (Grupo de Educação Terapêutica), liderado por F. Oury, e o GPI (Grupo de Pedagogia Institucional), por R. Fonvieille.

O GET é a *nova geração Freinet*, enriquecida pela proximidade com a Psicoterapia Institucional. Em 1967 é lançado *Vers une Pédagogie Institutionnelle* de F. Oury e A. Vasquez, onde já se visualiza a ruptura entre Psicossociologia e Psicanálise, igualmente característica, aliás, do percurso da Psicoterapia Institucional. Esta, depois de pôr ênfase na socialização dos enfermos e nas atividades cooperativas — na linha de uma espécie de microsocialismo autogestionário —, passara a ver os recursos de que antes se utilizava — clubes, jornais, assembleias, etc. — como meros suportes da *análise da fantasmática institucional inconsciente*, ou seja, de uma elucidação das transferências e contratransferências.

Acerca do qualificativo “institucional” associado à tendência-GET, vale rememorar um comentário de R. Lourau (1979a): “A outra tendência enfiou-se no lacanismo [...] aparentemente institucional na medida em que [...] recusa a problemática do sujeito individual, em proveito de uma versão estruturalista. [...] Termina em certa medida no institucional, ainda que os limites do «psicanalismo» e do narcisismo dos médicos psiquiatras [...] tenham [...] preferido psicologizar o social em vez de sociologizar o psíquico” (p. 18). Se estas observações não demonstram muita simpatia pelo *alienismo esclarecido* via retorno lacaniano a Freud, não é maior a que revelam Oury e Vasquez pelos referenciais do GPI. Abordando a não-diretividade rogeriana, cara aos pedagogos autogestionários, disparam: “Os hipercivilizados, hipermorais, os inibidos sociais ou sexuais não podem senão apreciar a permissividade do terapeuta [...] Porém nós nos perguntamos se em outros casos [...] não se arrisca, sem se dar conta disso, a caminhar no sentido da doença de seu cliente” (Oury & Vasquez, 1982, p. 221).

Afora a reivindicação da inestimável contribuição da Psicanálise ao educativo, Oury e Vasquez pouco se preocupam em justificar o qualificativo *institucional* associado à pedagogia do GET. Denominam *instituições* três tipos de realidades: as regras que funcionam como leis da classe; o que *se institui* no

trabalho pedagógico (papéis, lugares, estatutos ou rituais); o conselho de cooperativa, *instituição* capaz de criar novas *instituições*. Em *Vers une pédagogie institutionnelle*, todavia, desponta um sentido mais preciso, paralelo ao adotado pela Psicoterapia Institucional. Nesta última, o recurso a uma concepção estrutural do inconsciente servia para desconstruir as noções de psicoterapia *dual* — análoga ao *encontro* fenomenológico —, ou mesmo *individual* — aparentada às versões adaptacionistas da Psicologia do Ego. Na Pedagogia Institucional modelo Oury-Vasquez busca-se efeito semelhante por intermédio da ideia de *mediação*: “Talvez esteja nisto a característica da Pedagogia Institucional: tende a substituir a ação permanente e a intervenção do professor por um sistema de atividades, de mediações diversas, de instituições, que assegura de maneira contínua a obrigação e a reciprocidade das trocas, dentro e fora do grupo” (Oury & Vasquez, 1982, p. 249). Mas a despeito dessa aparente confiança nos efeitos das mediações (instituições), Oury e Vasquez pensam que um problema permanece sem solução: de que modo esta classe dotada de um conjunto de meios favorecedores do aprendizado e do desenvolvimento afetivo irá se inserir na sociedade adulta? (p. 245).

Com certeza Lapassade, levando-se em conta seu trabalho sobre o *inacabamento do homem*, diagnosticaria, em tal pergunta, a presença de um pressuposto *adultista*. Estará a tendência-GPI mais apta a *descolonizar* os *muito jovens*? O grupo inclui professores de Gennevilliers (R. Fonvieille, B. Bassière, M. Labat); um influente psicossociólogo e seus alunos (G. Lapassade, Y. Janin e F. Ribon); outros professores de primário e secundário (M. Lobrot, R. Lourau, P. Grauer). As forças teórico-políticas são múltiplas: Lobrot prefere Rogers; Lapassade, os modos de ação de Kurt Lewin e as experiências autogestionárias espanhola, iugoslava e argelina; Fonvieille e Lourau, a autogestão e o conselho Freinet ampliado à totalidade das atividades da classe. Todos se sentem atraídos pela Psicossociologia e estão próximos da Arip (Association pour la

Recherche et l'Intervention Psycho-sociologique). Igualmente os seduz a reflexão promovida por *Socialismo ou Barbárie* em torno da autogestão e da crítica da burocracia. Alguns frequentam os seminários de Lacan, outros leem L.-Strauss, Jakobson e/ou Barthes com paixão; outros ainda estão em contato com o marxismo estruturalista de Althusser, sem deixar, por isso, de manter ligações com os ex-integrantes da revista *Arguments*,³ Henri Lefebvre principalmente.

O modo de funcionamento é o da pesquisa-ação permanente: o GPI reúne-se semanalmente para debater os fenômenos observados nas turmas dos professores de Gennevilliers, frequentadas pelos psicossociólogos. Paralelamente, alguns alunos da escola comparecem a essas reuniões, dando prosseguimento, ali, à análise de seu processo pedagógico. Na época, estão sendo implantadas as experiências de prolongamento da escolarização obrigatória até dezesseis anos e Fonvieille é encarregado de uma turma experimental com alunos de catorze-quinze anos marcados por fracassos escolares. Instaura o novo dispositivo Conselho: enquanto no modelo freinetiano clássico as reuniões servem para discutir e avaliar as atividades semanais dentro de um enquadre preestabelecido (horários, programas. . .), no *Conselho-modelo-GPI* se gestionam programas e horários, métodos, objetivos, ou melhor, o conjunto das questões do grupo-classe, o que o transforma em *autogestão pedagógica*.

No mesmo período, R. Lourau é professor no liceu de Aire-sur-l'Adour, experiência sobre a qual viria a comentar: “[. . .] aquilo que se chama o acaso quis que eu mergulhasse bruscamente no movimento [. . .] que agitava, nesta altura, uma fina franja de pedagogos influenciados pelos últimos trabalhos nas ciências humanas, psicologia, psicossociologia, psicoterapia institucional, sociologia. No sindicalismo estudantil que

3 Revista (1956-1962) que reivindicava o adjetivo *revisionista*, até então categoria de acusação nos meios de esquerda, propondo um degelo intelectual para o pensamento crítico. Editada por E. Morin e K. Axelos, teve entre seus colaboradores F. Châtelet, L. Goldmann, C. Lefort, G. Lapassade, M. Blanchot, G. Deleuze, S. Weil, R. Barthes e H. Lefebvre.

tentava seu segundo sopro depois do período de falsa saúde que conhecera durante a Guerra da Argélia, em classes primárias nos arredores parisienses, falava-se em pedagogia de grupo, em funcionamento democrático das instituições educativas, em não-diretismo, autogestão pedagógica. . .” (Lourau, 1979a, p. 88). Sobre o andamento das atividades no liceu, redige um diário de campo (Lourau, 1979a, pp. 87-146), enviado semanalmente a Lapassade. Frise-se ainda que nas férias de Páscoa de 1964 ambos tinham ido ao famoso hospital psiquiátrico de Saint-Alban, berço da Psicoterapia Institucional francesa, fato que Lourau sempre considerou determinante para o lançamento de sua própria experiência como institucionalista.

Essas minúcias têm por objetivo demonstrar que as diferenças entre os dois grupos de Pedagogia Institucional estão ainda *em gestação*, mesmo após a separação entre GET e GPI. Evidentemente já se instaura a polêmica *psicossociologia* — que pode remeter a dialética, sujeito, não-diretividade — *versus estruturalismo* — capaz de conotar Psicanálise, primazia do significativo, reformismo-adultismo. Ambos os movimentos, no entanto, sugerem *crítica da tradição e ruptura com as ortodoxias*.

Neste 1964 da fundação do GPI, por exemplo, preocupa os pedagogos-psicossociólogos menos o estruturalismo do que uma incômoda distinção entre instituições *internas* e *externas*. Estão certos de sua capacidade de interferir nas primeiras — métodos, objetivos, horários, programas. Mas isto talvez em nada abale as últimas — a Educação Nacional com seus regulamentos e hierarquias. Porém enquanto Oury e Vasquez perguntam como a classe poderá inserir-se na sociedade adulta, os GPIstas formulam indagações bem diversas, pois diagnosticam como inteiramente burocrático o sistema (externo) vigente. Sonhando transformá-lo, oscilam entre utopia ativa, mudança por intermédio da análise e certo grau de conformismo.

Na vertente utópica situa-se a aspiração de, através da transformação das instituições internas, atingir a das externas. É nesta linha de raciocínio que Lourau introduz, em um de

seus trabalhos, uma citação do velho Binet: “As pessoas mais sensíveis ao hipnotismo — ou seja, à sugestão autoritária — não são [. . .] as mulheres nervosas, mas os antigos militares, os antigos empregados de administração, numa palavra, todos aqueles que contraíram o hábito da disciplina e da obediência passiva” (Binet apud Lourau, 1979a, p. 85).

Na vertente que espera a mudança do externo com base na análise do interno está o desejo de Fonvieille de que a análise do funcionamento do grupo desemboque “sobre uma tomada de consciência da extensão do trabalho interno à dimensão das instituições da sociedade global” (apud Hess & Savoye, 1993, p. 24).

Estes *utopismos*, ativo e/ou analítico, pouco resistem à crítica radical que o próprio GPI empreende. Mudar o externo mediante a instauração de um novo interno ou da tomada de consciência do externo via interno não é projeto facilmente admissível nesses *tempos de suspeita* em que se buscam as estruturas que nos constituem ou as funções reprodutoras que exercemos, saibamos disso ou não. Sendo assim, em 1969, quando defende sua tese de Estado, Lourau já aborda o projeto da Pedagogia Institucional com base numa espécie de conformismo: “A autogestão da tarefa e a análise permanente da autogestão dentro do sistema de referência da instituição: tal é o projeto que se propõe a pedagogia institucional” (Lourau, 1975, p. 264).

Estará o termo *análise* obrigado a conceber as instituições externas enquanto limites *a priori* impostos a qualquer tipo de ação? Se este fosse o caso, à definição *positiva* de instituição interna — dispositivo organizativo — se estaria apenas *acrescentando* uma definição *negativa* — o já-aí, o limite, a regra, a lei. As presumidas vantagens no plano do saber permaneceriam em descompasso com as possibilidades de intervenção, apontando a algo como “eu sei, mas mesmo assim *não é possível*” — uma pirueta conceitual, em suma. No que tange à emergência da *Análise Institucional*, entretanto, Lourau não nos fala em piruetas, mas de um “salto mortal executado por Lapassade

ao compreender que era necessário superar a sedução da psicologia dos pequenos grupos, desmascarando a *dimensão institucional*, quer dizer, toda a política reprimida pela ideologia das boas relações sociais” (Lourau, 1977, p. 1).

Máquinas grupais em ação

AS PRINCIPAIS abordagens relativas aos grupos presentes, durante os anos 1960, no panorama francês foram elaboradas no entreguerras no contexto estadonidense, podendo-se destacar as ações de Elton Mayo em estabelecimentos industriais; a sociometria de Moreno; a dinâmica de grupo e a pesquisa-ação de Lewin; a não diretividade de Rogers.

Não nos estenderemos sobre o trabalho de Mayo, lembrando somente que identificou, entre os fatores capazes de influenciar o rendimento industrial, o próprio grupo, ou seja, as relações *informais* que persistem mesmo se retirados os benefícios *formais*. Cumpre ainda dizer que análises mais detalhadas permitiram apontar, no interior dessas relações informais, a relevância da constituição de subgrupos diferenciados, que remetiam à possibilidade de obter ajudas recíprocas e consequente aumento na produção mediante mudanças nos postos de trabalho.

Estão decerto em pauta, neste último caso, os *procedimentos sociométricos* desenvolvidos por J. L. Moreno. Foram concebidos quando de uma investigação no Instituto Hudson, estabelecimento destinado a jovens ditos delinquentes, onde Moreno permitira que se agrupassem segundo suas próprias escolhas e as sistematizara por meio do *teste sociométrico*, gerador de uma espécie de foto sociológica de um grupo num momento determinado. Sobre este *sociograma*, observa Lapassade: “É preciso distingui-lo do organograma, que é a representação gráfica de uma estrutura oficial [...]. É raro que coincidam o sociograma e o organograma: uma tal coincidência, se fosse

geral, significaria que o sistema social é totalmente aceito, e que foi escolhido por todos os membros do grupo” (Lapassade, 1977a, p. 51).

Homem de teatro, psicólogo e gestor de relações sociais, Moreno via suas pesquisas como inseparáveis de formas de intervenção social e/ou comunitária, característica partilhada pelo trabalho de Kurt Lewin. Em solo norte-americano, este último transpôs as pesquisas que desenvolvia, na Alemanha, em laboratórios universitários, para situações do cotidiano, circunstância à qual se associa a expressão *dinâmica de grupo*: “No domínio da *dinâmica de grupo*, [...] a teoria e a prática estão metodologicamente ligadas de uma maneira que, se corretamente conduzida, pode fornecer a resposta a problemas teóricos e fortalecer, ao mesmo tempo, esta *aproximação racional de nossos problemas sociais práticos*, que é uma das exigências fundamentais de sua solução” (Lewin apud Lapassade, 1977a, p. 52).

Em 1943, chamado a intervir num momento em que o governo dos EUA deseja promover mudanças nos hábitos alimentares das donas de casa, Lewin conclui, por meio de um experimento, que decisões tomadas em grupo são mais eficazes do que conselhos recebidos individualmente. Mas, principalmente, demonstra que o psicossociólogo desencadeia um processo de *pesquisa-ação*, acerca do qual observam Hess & Savoye (1993): “Os atores não leem trabalhos de laboratório. Para que uma verdade prática possa sair da pesquisa, é preciso que trabalhem em sua elaboração tanto os pesquisadores como os práticos” (p. 33).

Nessas observações se apreende o problema com que se defrontava o experimentalista Lewin ao vincular *dinâmica de grupo* — objeto delimitável por procedimentos experimentais — e pesquisa-ação — intervenção social que carrega a necessidade de análise ético-política. Chegamos assim ao segundo ponto de seus trabalhos que chamou a atenção dos franceses: as atividades no âmbito da formação. Lewin há muito teorizava a influência do externo sobre o interno através da *Ecologia Psicológica*. Utilizando os conceitos topológicos de *região* e

fronteira e postulava ser necessário investigar as relações entre variáveis psicológicas e não psicológicas, embora as últimas permanecessem concebidas como limitação ao trabalho do experimentalista. No entanto, esta zona de fronteira metodológico-política acabou por ser violada e as regiões, invadidas. Em um seminário desenvolvido em New Britain, envolvendo questões de igualdade racial, os formandos penetraram no aposento onde os formadores discutiam a dinâmica do grupo que tinham acabado de coordenar, exigindo participar do processo. Aceitando coletivizar a análise, Lewin deu início ao que seus discípulos viriam a denominar *T-Group*, no qual o psicossociólogo não mais pretende construir, a expensas do grupo, um saber sobre o grupo: todo o saber é construído com a colaboração dos participantes e mediante comunicação permanente, pelo coordenador, das hipóteses que este levanta.

A atitude dos monitores do *T-Group* nos encaminha à última abordagem, nascida nos EUA, com intensos desdobramentos franceses: a não diretividade. Em 1962 foi difundida na França uma conferência em que Carl Rogers declarava: "Chego atualmente a acreditar que os únicos conhecimentos capazes de influenciar o comportamento de um indivíduo são aqueles que ele próprio descobre e dos quais se apropria" (apud Lapassade, 1977a, pp. 57-8). É fácil detectar a semelhança entre estas formulações e as desenvolvidas em *A entrada na vida*: ambas expressam confiança no pensamento do inacabamento. Para muitos dos renovadores pedagógicos franceses, porém, a *aceitação incondicional* e a *compreensão empática* reclamadas por Rogers põem em jogo bem mais as *relações de poder* do que qualquer espécie de bondade natural associada à natureza humana. Conforme pontua, em especial, Lapassade (1977a), "a não diretividade é uma política antes de ser uma psicologia genética, um método terapêutico ou uma nova concepção da pedagogia" (p. 59).

Já assinalamos que as ideias de Mayo, Moreno, Lewin e Rogers penetraram na França com maior intensidade no

pós-guerra. De volta ao país após visitas aos EUA, diferentes equipes fundaram associações de pesquisa, formação e intervenção psicossociológica, destacando-se a Afap (Associação Francesa para o Crescimento da Produtividade), a Andsha (Associação Nacional para o Desenvolvimento das Ciências Humanas) e a Arip, já mencionada.

A trajetória dessa última associação ajuda a precisar a forma como a psicossociologia norte-americana foi apropriada pelos franceses. Quando da fundação, seus integrantes, geralmente empregados em organismos de consultoria e formação de executivos, desejam praticar *T-Group*, psicodrama, sociometria e grupos de encontro em empresas privadas e/ou estatais. A característica clínica dos trabalhos está claramente definida, dominando, a princípio, a orientação não diretiva. No começo dos anos 1960, a associação ainda chega a realizar uma intervenção psicossociológica ampla numa empresa, mas, a partir de então, a organização/condução de seminários formativos passa a representar sua principal atividade. Surgida na esteira dos projetos de modernização da indústria francesa via Plano Marshall, a Arip vê reduzir-se progressivamente as oportunidades de ação em meios empresariais e, embora isso não elimine totalmente as atividades de intervenção, estas se deslocam para *novos campos* — movimentos educativos, institutos religiosos e hospitais psiquiátricos, por exemplo. Acerca dos determinantes da mudança, Dubost & Lévy (1981) aventam variadas hipóteses: alternativas teórico-políticas adotadas (orientação mais clínica que experimental, atitude crítica ante o *desenvolvimento organizacional*); recusa de encomendas baseadas em mera prospecção comercial; participação crescente no ensino e pesquisa universitários, etc. Optam, porém, por um determinante primordial: a dissolução do clima de consenso característico do imediato pós-guerra, somado a aspectos políticos específicos dos anos 1950-60. Ou melhor: "a Guerra da Argélia [...], o fato de que certas bases ideológicas discerníveis na constituição da própria disciplina psicossocial coincidiam com

as do movimento estudantil que explodiu em 68 (a tendência que a maioria seguiu no seio da Unef até o ano de 1965 em Paris chamava a si própria de “psicossociológica”), ou com as de certos meios intelectuais (veja-se os últimos anos da revista *Socialismo ou Barbárie*, os números especiais de *Arguments* acerca da autogestão, psicossociologia e política, etc. . .)” (p. 56).

Do privilégio assumido, no seio da psicossociologia, da formação sobre a intervenção; dos novos meios onde ela ganha público — pedagogia, psiquiatria, movimentos de trabalhadores sociais, religiosos progressistas; e, quiçá em especial, da tendência psicossociológica da Unef (Esquerda Sindical) se compõe o trapézio a partir do qual Lapassade praticará o salto mortal entre a psicologia dos pequenos grupos e uma incipiente *Análise Institucional*.

Vicissitudes de uma acrobacia

ENTRE 1955 e 1960, Lapassade foi assessor da Residência Universitária de Antony e aproximou-se da direção da Unef. Também estava em contato com grupos de estudo dos alunos de psicologia da Sorbonne. De tudo isso nasceu, em 1962, o projeto de um seminário de formação em dinâmica de grupo tanto para os futuros psicólogos como para os dirigentes da organização estudantil, no qual a Mnef (Mutualidade Nacional dos Estudantes da França) ocupava papel nada desprezível: ela recentemente havia criado os Bapu (Bureaux d'Aide Psychologique Unniversitaire), pois diagnosticava uma verdadeira patologia do meio estudantil.

Pouco antes, Lapassade participara de um colóquio sobre Rousseau, onde havia defendido que a estrutura do encontro fosse objeto de discussão em assembleia geral. A hostilidade dos organizadores à proposta indica que nem todos os (bons) selvagens pensam do mesmo modo. Essas diferenças já haviam sido teorizadas no artigo “Função pedagógica do T-Group”, datado de 1959, no qual Lapassade ressalta a presença de uma

inversão que, nos grupos de formação, privilegia o primeiro termo (grupos) em detrimento do último (formação). Em decorrência, a psicossociologia toma como objetivo principal, e logo único, o estudo da vida em grupo ou a formação em técnicas de grupo. Segundo Lapassade, porém, na qualidade de técnica, o grupo não é senão um instrumento entre tantos outros, incapaz, por si só, de questionar as bases da pedagogia tradicional. Melhor dizendo, nos termos de Rousseau, a técnica grupal não instaura necessariamente uma Educação Negativa: “Quaisquer que sejam as variáveis assim introduzidas no nível dos objetivos, a situação é tal que um «grupo» de participantes encontra um monitor que sabe que é monitor, sendo assim percebido pelos outros. A situação no início é definida como uma relação entre «saber» e «não saber»” (Lapassade, 1979a, p. 77). Apoiado nessa reflexão, Lapassade conclui que o T-Group tradicional não desafia o *diretívismo pedagógico*: a instituição do saber mantém-se como pressuposto (não analisado) de toda a situação.

Quando a Unef solicitara a presença de Lapassade, havia fixado dois objetivos: restabelecer o diálogo entre os quadros e a militância de base; transformar os métodos de formação, vistos como excessivamente burocráticos. Com vistas aos seminários, em face da recusa de várias associações, Lapassade fora forçado a compor a equipe interventora pela reunião de pessoas isoladas. Durante o primeiro encontro, denominado *Royaumont I*, ele entra em conflito com as diretrizes de sua (?!) equipe: “Enquanto meus colegas psicossociólogos se inscreviam na direção personalista e afetivista dos Grupos T [. . .], eu insistia, pelo contrário, na dimensão intervencionista da situação. Além disso, o «cliente», colocado em situação de seminário, não demandava menos que se conseguisse dissimular a instituição nos grupos. Porém sua demanda inicial [. . .] concernia à modificação dos métodos de formação no sindicato [. . .] na realidade uma demanda de intervenção” (Lapassade, 1981, p. 127). O modo de ação proposto por Lapassade tinha por meta a percepção, pelos participantes, de que a compreensão exclusiva

de questões internas ao grupo — afetos, lideranças, etc. — ocultava as condições de instauração do próprio grupo, cuja análise exigiria responder a perguntas como: quem decidiu sobre a formação?; onde, quando e como?; por quê?.

Embora este modo de ação mostre avanços se comparado à psicossociologia ortodoxa — sugerindo uma autogestão generalizada do seminário quanto a atividades, tempo, lugar e presença, ou não, dos monitores —, o conceito de instituição manejado está afetado de uma espécie de regressão. Ao invés de aparecer como *forma social* — o saber, o diretivismo ou a pedagogia —, ele surge remetendo à Unef ou à entidade de psicossociologia responsável pelo seminário. Apenas em um pequeno detalhe a questão parece avançar em relação ao artigo de 1959: não se trata mais de transferir da instituição interna (grupo, seminário não diretivo) à externa (sindicato estudantil), pois a instituição é pensada como já presente nas práticas de formação. Nesse sentido, a pura generalização ao exterior nada mais faria do que contribuir para a modernização da burocracia sindical: “Só se produz [a generalização ao conjunto institucional externo] no caso de se formar [...] uma fração que tome o poder dentro da organização, dentro do sindicato (a psicossociologia se aliena então em escola da tomada burocrática do poder)” (Lapassade, 1979b, p. 109).

Como contribuição adicional a esse debate, podemos citar a participação de Lapassade no colóquio “Le Psychosociologue dans la cité” (dezembro de 62), quando ele sugere instituir práticas conduzidas por sociólogos formados “em análise institucional” (Lapassade, 1980, p. 33), procurando conferir à última expressão direitos singulares na cidade psicossociológica. No ano seguinte, entretanto, em artigo publicado em *Recherches Universitaires* (órgão da Mnef), parece retomar o velho sentido de instituição manejado por psicoterapeutas e/ou pedagogos: “Chamo sistema institucional interno a essa estrutura das práticas [seminários de formação psicossociológica] [...] Porém além da estrutura interna das práticas, deve-se

compreendê-las em relação a uma «instituição externa» [...] ou bem a associação de psicossociólogos [...] ou bem a organização «cliente» que recorreu aos psicossociólogos para animar as práticas de formação” (Lapassade, 1979c, p. 92).

Não obstante tantas oscilações, é difícil negar que Lapassade seja um psicossociólogo crítico ou, melhor dizendo, um crítico interno da psicossociologia: recorre, para fustigá-la, à denúncia do que ela busca manter como *enquadre inquestionável*. Sabendo-se que Castel apelidará *psicanalismo* ao que a Psicanálise nos custa, não seria exagero dizer que Lapassade define o *psicossociologismo*. Por mais que seu *salto mortal* seja sustentado por uma cama elástica que o reimpulsiona a cada queda, é impossível acusá-lo de ingenuidade ou simplismo. Embora frequentemente confunda organizações e instituições, jamais deixa de frisar que nem tudo é *transparência relacional* na modernização grupalista. Se o grupo é um nível possível — e mesmo desejável — de intervenção, há que trazer à luz suas condições — organizacionais e institucionais — de existência; pois ele não constitui uma *nova natureza* espontânea e liberta pelo simples fato de lhe haveremos subtraído o líder diretivo, substituído pelo monitor rogeriano, lewiniano, moreniano, psicanalítico ou alegadamente *institucional*.

Nos livros e artigos que virá a publicar nos anos 1970, Lapassade escolherá um movimento como sua efetiva acrobacia, assim resumindo o nascimento da Análise Institucional: “Cheguei à análise institucional [...] refletindo simultaneamente sobre a forma-seminário (que é o instituído da formação) e sobre a instituição (no sentido ativo do termo) da relação de formação (enquanto separa os formadores, postos em situação de «adultos», e os «formandos», assimilados a «crianças» que «devem formar-se», mesmo que estes seminaristas sejam de idade adulta). A análise institucional nascerá destas perguntas formuladas a propósito dos Grupos T: a) que ocorre com a “forma” (o instituído) da formação?; b) que significa o fato de instituir a formação? Logo: que é a instituição

(instituinte/instituído) da formação?” (Lapassade, 1981, p. 165). Para estabelecer essa síntese, reatualiza o artigo sobre o T-Group, voltando a conceituar instituição como *forma* ativamente engendrada: *separação* entre os que dirigem e os que executam, dotando os primeiros de um monopólio de legitimidade que os últimos devem alcançar com vistas a um *reconhecimento* institucional. Tal definição é enriquecida por uma dupla de conceitos, *instituinte* e *instituído*, em relação dialética.

Referimo-nos anteriormente a aproximações com o grupo *Socialismo ou Barbárie*: a ele se chegam a Esquerda Sindical da Unef, alguns psicossociólogos da Arip e o GPI. No período 1964-1965, Cornelius Castoriadis desenvolve, sob o pseudônimo P. Cardan, uma análise da *instituição do capitalismo*, fundamentada em alguns conceitos-chave: imaginário radical; autoinstituição do social histórico; instituinte, instituído e união/tensão entre instituinte e instituído.⁴ Começam então a se desfazer as confusões entre o sentido *ativo* — tudo é sócio-historicamente instituído — e o *corrente*, ou *reativo*, de instituição — organizações ou estabelecimentos reformáveis pela introdução de novos dispositivos. Em meados dos anos 1960, Lobrot, Lourau e Lapassade frequentam *Socialismo ou Barbárie*. Desta aproximação, realizada sob a égide da *questão pedagógica*, somada às atenções do GPI pelos movimentos *anti* (desescolarização, deserção, antipsiquiatria) se constitui, no plano teórico, a Análise Institucional *vertente socioanalítica*,⁵ conforme esclarece Dubost: “[...] a análise institucional no sentido de Georges Lapassade é filha não tanto da terapêutica do mesmo nome quanto das lutas da Unef nos meios universitários das ciências humanas [...], assim como da análise crítica das concepções lewinianas e rogerianas, do trabalho de

4 P. Cardan, P. Marxisme et théorie révolutionnaire. *Socialismo ou Barbárie*, n.º 36 a 40, 1964-1965 — retomados como primeira parte de *A instituição imaginária da sociedade* (Castoriadis, 1986).

5 O termo *socioanálise*, que virá a caracterizar, para Lourau e Lapassade, a Análise Institucional em situação de intervenção, foi tomado ao sociólogo van Bockstaele.

Castoriadis e dos sociobárbaros, de uma suficiente tomada de distância quanto à demanda social de psicossociologia e das estruturas acadêmicas” (apud Lapassade, 1980, pp. 34-5).

Engana-se quem, impressionado pelo título *Grupos, organizações e instituições*, supõe que todas as questões teóricas estarão resolvidas nessa obra de 1966. Após historicizar as teorias relativas aos grupos sociais, Lapassade explora os três termos do título em capítulos separados, finalizando com uma tentativa de articulá-los. Ao tratar grupo, organização e instituição como níveis ou instâncias, dá a impressão de puramente *acrescentar* o último deles aos dois primeiros, já bem (re)conhecidos pela psicossociologia (grupos) e sociologia das organizações (grupos de grupos). As instituições são entendidas seja como “grupos sociais oficiais, as empresas, as escolas, os sindicatos” — evocando a equivalência instituição = estabelecimento ou organização —, seja como “sistemas de regras que determinam a vida desses grupos” (Lapassade, 1977a, p. 193) — restringindo-se ao *instituído* de Castoriadis. Recorrendo aos psicoterapeutas institucionais, lembra Lapassade que “a instituição *também* existe ao nível do *inconsciente* do grupo” (p. 195) e, lançando mão de L.-Strauss, acrescenta que “naquilo que cada indivíduo vive, está presente a estrutura universal da *instituição* parentesco” (p. 195). Com tantas considerações *ad hoc*, a questão dos *níveis* se vê bastante relativizada, pois “a experiência do grupo é o elemento vivido de uma ordem estruturante, institucional, que traduz, no grupo, a organização da sociedade e principalmente a sua organização política, a da produção”. No entanto, a frase prossegue e novamente instaura a dúvida: “Qual é a gênese desse inconsciente social? Ela implica certas repressões sociais, tais como a da censura burocrática com relação à palavra do grupo” (pp. 195-6).

Os fragmentos transcritos dão a medida dos problemas conceituais de Lapassade. Psicossociólogo *crítico*, suspeita da espontaneidade aparentemente sem fronteiras de uma presumida dinâmica natural dos grupos. Todavia, *ainda* psicossociólogo,

acaba, aparentemente ao menos, por remeter a instauração do *institucional* à repressão de uma palavra grupal originariamente *livre*. Em 1969, em sua tese de Estado, R. Lourau trará à luz os dilemas com que se defrontava o companheiro: "aquí, as instituições são a *negatividade* em ação nos grupos. Mas não será isso postular grupos sem instituições e uma palavra social não reprimida, uma «palavra plena» [...]?" (Lourau, 1975, p. 225). Segundo esta observação, ao dialetizar níveis ou instâncias, Lapassade acaba por confundir a *gênese ideal* proposta por Sartre com uma *gênese real*. No modelo sartriano, o grupo em fusão se destaca da *série* pelo juramento, que lhe confere uma organização. A partir desta, desliza-se para a fraternidade-terror, redundando em uma instituição enrijecida que nega os primeiros estádios e se converte, novamente, na serialidade característica do prático-inerte. Segundo Lourau (1975), falta à abordagem sartriana o recurso que propiciaria uma verdadeira *análise institucional dos grupos*: um conhecimento produzido pela *análise em situação*, isto é, uma dimensão *analítico-intervencionista*. Desta proposta de *análise em situação* se aproxima, desde 1959/60, a *análise institucional dos grupos* e da formação conforme desenvolvida por Lapassade. Este, em todos os escritos e práticas aqui já relatados, empenha-se em instaurar *dispositivos de intervenção* capazes de viabilizar uma análise coletiva, incluindo tanto o grupo como os coordenadores. Nas palavras de Lourau, apesar dos percalços conceituais, tal análise se deseja evidenciadora de que, na situação cotidiana, onde "os grupos se formam, crescem, renovam-se, diminuem, morrem", as operações em pauta "nada têm a ver com a *gênese ideal* de Sartre. O que existe antes do grupo [...] não é a *série*, mas outros grupos e instituições" (p. 259).

Em 1973, Lapassade escreverá um artigo para a revista *Pour*, revisando a problemática dos anos 1960. Nele propõe o abandono da expressão *três níveis*. Advertido dos *determinantes institucionais* dessa concepção, analisa: "Isto facilitou, sobretudo na prática e sobre o mercado da psicossociologia, uma

recuperação sem risco. Acrescenta-se a *etapa institucional*, em geral sob a forma de conferências, à etapa do grupo, que continua sendo a base das práticas e da ideologia dominante da formação. Há, pois, que insistir [...] sobre o fato de que a instituição *atravessa* todos os demais "níveis" da análise" (Lapassade, 1977b, p. 65). Tomando como exemplo os seminários de formação, Lapassade diagnostica a ênfase exclusiva na *análise do grupo pelo próprio grupo* como levando, na melhor das hipóteses, a ocultar questões relativas à *organização* da formação; na pior, como arriscando-se a cair em mera análise psicológica dos *indivíduos* e de suas *relações interpessoais*. Não basta, contudo, incorporar a análise da *organização* (da formação) à dos *grupos*. Para ser compreendida, a organização exige que se considere a *instituição* da formação, somente acessível quando se apreende, *em situação*, que para haver *grupo*, sob certos modos de *organização*, é imprescindível pressupor: uma divisão e quantificação do tempo social (*instituição* do tempo); uma divisão do saber, distinguindo o que pode ser *descoberto pela experiência* e o que *deve ser transmitido, o que é pertinente* ao campo dos grupos e o que *não é pertinente* (*instituição* do saber, *instituição* das disciplinas); uma divisão social do trabalho e do poder associado (*instituição* da separação entre trabalho manual e intelectual); uma referência generalizada à escola, definida como lugar exclusivo da formação e separada das outras práticas sociais (*instituição* escola ou pedagogia); uma relação de clientela entre formadores e formados (*instituição* do mercado, dos serviços, do dinheiro), etc.

O institucional não é, pois, nível ou instância adicionável ao grupo ou organização, antes disso puras naturezas ou funcionalidades. Nada é natural ou funcional nos grupos ou organizações, nada é enquadrado a ser mantido inquestionado ou aceito como inquestionável. O grupo não é a instância das instituições internas, modificáveis à vontade, dentro de um *setting* de instituições externas resistentes e/ou repressivas. Não há *puro dentro* e *puro fora* do grupal ou organizacional. A *análise*

institucional não se confunde com a dialética sartriana — história épica de uma catástrofe serializante. A *ordem institucional*, sempre sócio-histórica, que *atravessa* grupos e organizações, deve ser trazida à luz por *uma análise realizada em situação*. Daí sua necessária dimensão intervencionista que, se não exclui o trabalho psicossociológico, propõe que este seja permeável a todas as (des)institucionalizações possíveis.

Em Lapassade, consequentemente, a própria psicossociologia termina por ser conceituada como *instituição*. Para os que a produzem/reproduzem ao modo de instauração/instrumentação de um *mandato*, as ideias deste desrespeitoso acrobata dificilmente são bem recebidas. Quando Anzieu e Martin vierem a publicar *Dinâmica dos pequenos grupos*, obra-síntese da psicossociologia francesa, as observações sobre Lapassade serão insidiosamente desaprovadoras: “A introdução de grupos autogeridos nas organizações sociais pode exercer um efeito de choque suscetível de abalá-las até as fazer se desagregar: ponto de vista do qual G. Lapassade se fez na França o propagador. O pequeno grupo não é mais uma técnica de mudança controlada, mas um explosivo revolucionário” (Anzieu & Martin, 1990, p. 27). Nem uma palavra a respeito das análises lapassadianas sobre as condições institucionais de existência dos grupos e organizações, nenhuma referência à análise da psicossociologia como instituição. Este *psicossociólogo em tempo integral* inquieta os *psicossociólogos de mandato*, pois se recusa a instalar-se nas plagas da idade adulta, da carreira e dos especialismos. Para usar uma noção política, é um *entrista*, conforme afirmara na conclusão de *A entrada na vida*: “O entrismo é, no sentido estrito, uma estratégia de oposição interna definida por uma corrente do movimento trotzkista: o militante entra num partido já constituído e que não é o seu, para converter este partido ao marxismo verdadeiro [...]. O mesmo conceito, porém, pode ser igualmente utilizado para definir comportamentos que visem ao conjunto das instituições [...]. Este modelo estratégico é [...] o do estrangeiro-participante [...]. Sob a

máscara dos estatutos e dos papéis o homem entrista «milita» por um novo destino” (Lapassade, 1975, pp. 325-6).

Uma ciência perigosa

RECEIOS e advertências não estão voltados apenas para Lapassade. Nesses anos de que ora falamos, a Sociologia adquire má reputação entre os conservadores. Na época, costuma dedicar-se a dois temas: a sociedade de consumo e a burocracia.

No que tange à sociedade de consumo, vale lembrar o lançamento de *A multidão solitária*, de David Riesman (traduzido ao francês em 1964) e de *Crítica da vida cotidiana*, de H. Lefebvre (publicado em 1961). Quanto à burocracia, recorde-se que os trabalhos norte-americanos sobre a realidade organizacional começaram a ser difundidos na França na segunda metade dos anos 1950. Com isso, uma nova disciplina — a Sociologia das Organizações — ganha corpo, destacando-se *O fenômeno burocrático*, de M. Crozier (1963), como a primeira análise do contexto local.

Acerca do aspecto *intervencionista* desse tipo de sociologia, discorrem Lapassade & Lourau (1972): “Os sociólogos das organizações são [...] muito discretos [...]. Deve-se ler nas entrelinhas, por assim dizer, seus relatórios de entrevista [...]. Percebe-se então que eles utilizam essencialmente [...] os métodos de entrevista por questionários, mas com uma preocupação mais «clínica» do que os entrevistadores habituais. Utilizam também as hipóteses da sociologia das organizações...” (p. 169).

Com a expressão *hipóteses da sociologia das organizações*, os autores se referem a enfoques predominantemente funcionalistas, em que, concebidas como *grupos de grupos*, as organizações são identificadas à contribuição oficial para uma presumida harmonia social: a fábrica produz certa mercadoria; a

escola, educação; o hospital, cura, etc. A pesquisa sociológica, no caso, aspira a detectar *disfunções* e a propor algum tipo de *terapia social*, por vezes chamada de “Desenvolvimento Organizacional”. Do mesmo modo que a psicossociologia aborda o grupo como instância centrada sobre si mesma, a sociologia das organizações apreende as últimas como analisáveis em sua autonomia/totalização funcional. Desconsidera, portanto, a produção de mais-valia (estritamente econômica, de poder ou simbólica) como condição de existência de todas as organizações capitalísticas e, mesmo, as relações entre cada organização social e as demais.

Cumpramos sempre lembrar que até meados dos anos 50 — predomínio da Guerra Fria —, psicossociologia e sociologia das organizações eram entendidas por muitos intelectuais de esquerda como simples armas modernizadoras do imperialismo norte-americano. Naquela época, somente *Socialismo ou Barbárie* trazia à cena a ambiguidade dessas disciplinas que, embora invariavelmente a serviço do patronato, clarificavam tanto as formas modernas de burocratização como a significação potencialmente revolucionária dos grupos informais nos locais de trabalho. Já em meados da década de 1960, em que pese o contraste entre algumas análises sociológicas *no papel*, em geral demolidoras, e as dos *sociólogos de organizações*, quicá excessivamente comportadas, não há mais dúvida de que este saber é preocupante para os conservadores: percebe-se que tanto pode contribuir para a realização da utopia burocrática de uma *sociedade de gerentes* — sociocracia à maneira de Comte ou Saint-Simon — quanto engajar-se num processo de denúncia daquilo que caracteriza a *boa e moderna* sociedade francesa.

Quando, em 1974, Georges Pompidou publica *O nó górdio*, dirá ter por objetivo uma “análise serena”. O livro, contudo, contém páginas raivosas sobre os sociólogos — intelectuais que, ao ver do governante-analista, “aplicam sua inteligência e seu espírito para criticar uma sociedade na qual, de fato, não possuem nenhuma utilidade claramente definida” (apud Nora, 1988, p. 220).

A arte da desorganização

OS QUE apreciam a ordem tampouco considerariam necessária a existência de um intelectual como Guattari. Pois Félix — pelo prenome o chamam —, implicado em permanente nomadismo, pouco se ajusta a formas preestabelecidas. Para falar dele há que penetrar num labirinto de percursos que não compõem uma carreira, de tal modo escapa por todos os lados ao que o poderia haver fixado a alguma espécie de *mesmo*. Quando de sua morte, lembraram-se quatro encontros virtualmente *capazes de* — embora efetivamente *impotentes para* — ter definido caminhos totalizantes para este *mestre da arte da desorganização sistemática*.⁶ J. Oury, J. Lacan, a Antipsiquiatria e G. Deleuze. Assim o fazendo, talvez se tenha operado violenta redução. Pois, para Félix, os nomes-de-autor e os movimentos com aura-de-linhagem não possuem importância maior que os encontros com os ditos-psicóticos, ditos-estudantes, ditos-minoritários. Ele jamais parece se esquecer do prazer e nobreza de haver *carregado malas* em favor da libertação argelina.⁷

O fim da guerra colonial não o põe refém da procura de qualquer nova universalidade para obturar pretensas carências do pensar/fazer: pratica o múltiplo no dia a dia, conhecendo, no próprio corpo, a força descolonizadora da ruptura de fronteiras. De tal ruptura será menos o artista — vanguarda eventualmente prisioneira do reconhecimento — que o artesão — a tecer os fios de uma utopia ativa. A problemática que implica falar de Guattari se desfaz, assim, num nominalismo assumido: nome-síntese de redes, tramas, conexões, *agenciamentos*.

⁶ Título tomado da manchete de *Libération*, 31-8-1992, quando da morte de Félix Guattari.

⁷ Por carregadores de malas designam-se os membros do movimento Redes de Ajuda à FLN que, a partir de 1957, prestou auxílio à libertação argelina mediante travessia de fronteiras, fabricação de documentos falsos, transferência para o exterior de recursos, etc.

No começo dos anos 1950 está em La Borde, estabelecimento de resistência à colonização do psicótico e à colonização argelina. Como Saint-Alban de outros tempos, a clínica é também *front* de luta (esconderijo para militantes clandestinos, aliados à FLN). Muito cedo, este *passeur*, este “contrabandista” — como o chama J. Oury — frequenta Saint-Anne para ouvir as palavras do então artífice do desafio à ortodoxia psicanalítica, Jacques Lacan. De uma estranha conexão de séries em que se misturam, em proporções variadas, os compromissos do PCF com o colonialismo francês na Argélia e o soviético, em Budapeste; um fantasma de Stálin dificilmente exorcizável, onde a condenação de 1949 à Psicanálise continua a compor a cena; a crescente influência de Lacan entre os que batalham por uma nova-esquerda *psi*, liberada das ressonâncias da *teoria das duas ciências*⁸ resulta, na década de 1960, uma ruptura no interior da Psicoterapia Institucional. Guattari acompanha a segunda geração, sob influência crescente da Psicanálise Lacaniana.

Esta geração se reúne no GTPsi (Grupo de Trabalho de Psicologia e Sociologia Institucionais), onde, por volta de 1964, Guattari introduz a expressão *análise institucional*,⁹ tentando efetuar duas demarcações quanto ao passado: “A primeira [...] apontava à corrente Daumezon, Bonaffé, Le Guillant, etc. (que havia lançado a expressão *psicoterapia institucional* na Liberação). Um certo número entre nós desejava a introdução de uma dimensão analítica neste tipo de prática e não se satisfazia com as referências que Tosquelles fazia frequentemente a Moreno e Lewin e acessoriamente a Marx e a Freud” (Guattari, 1981a, p. 99).

Tendo contado com tantos psiquiatras comunistas ligados a alguma tradição psicanalítica, a dimensão analítica não

8 Reatualização, no pós-guerra, das proposições elaboradas no início do século por Bogdanov, que delimitara fronteiras estritas entre ciência burguesa e ciência proletária. Nesta direção, *La Nouvelle Critique* traz à cena em 1949 o texto “A Psicanálise: uma ideologia reacionária”, no qual todos os psiquiatras do PCF, muitos dos quais psicanalistas, condenam oficialmente a doutrina freudiana.

9 Lapassade propôs a mesma expressão por volta de 1962-63. Porém não há, aqui, nenhuma preocupação com primazias.

pode ser considerada inteiramente ausente da primeira geração. No entanto, correspondia ao *modelo clássico*; melhor dizendo, à mera introdução do dispositivo ortodoxo (divã, contrato, regra fundamental) no estabelecimento asilar. Este *coexistia pacificamente* — ao modo da política de *aliança antifascista* na Liberação — com outros pensamentos e modos de ação julgados democráticos ou libertários — marxismo, dinâmica de grupo, ergoterapia, etc.

Na época do GTPsi, Guattari não mais se contenta com tal situação. Considera que a análise não se confunde quer com a realizada *pelo* psiquiatra/psicanalista — dispositivo clássico —, quer com a desenvolvida *em um grupo* de indivíduos — psicossociologia *stricto sensu*. Em informe apresentado aos estudantes na Mnef (1964), hipotetiza o que poderia vir a ser uma *prática analítica* em meio estudantil: “As organizações estudantis deveriam ter, à sua maneira, uma «vocalização terapêutica», no sentido de que estão em condições de reconhecer e assumir [...] as dimensões de alienação do meio que representam. A higiene mental no meio estudantil seria, em suma, tanto a organização de dispensários, de Bapu, de centros de atenção, como também a de GTU (Grupos de Trabalho Universitários),¹⁰ clubes de descanso, residências, a responsabilidade de animação das cidades universitárias, etc.” (Guattari, 1976a, p. 87).

Esta *análise institucional* proposta por Félix não implica que psicanalistas ou psicossociólogos venham militar no movimento estudantil, trazendo na algibeira técnicas para curar os doentes ou socializar os associas; tampouco que os militantes estudantis forneçam lições aos terapeutas e coordenadores de grupo, a fim de que optem por enfoques de esquerda. Sugere que as organizações estudantis aproveitem sua própria capacidade de formação, amplamente superior à então existente nos meios psiquiátricos e psicanalíticos, mediante a criação de

10 Propostos pela Esquerda Sindical, eram grupos de cinco ou seis integrantes mediante os quais se desejava romper o isolamento em que viviam os estudantes universitários, facultando confrontar os processos de aprendizagem.

organismos de *todos os tipos*, nos quais a capacidade de promover inter-relações sociais e a dimensão analítica estejam intimamente associadas. Dos Bapu aos GTU, destes a outros possíveis organismos, a análise jamais deveria estar *ausente* ou ser introduzida *de fora*. Aos olhos de Guattari, o combate da Unef pela modificação das estruturas universitárias caminha na mesma direção das perspectivas renovadoras no plano da saúde mental, podendo-se até dizer que se condicionam mutuamente.

Mas retornemos às diferenças entre *Análise e Psicoterapia Institucional*: “a segunda demarcação tentava estabelecer que este gênero de processo analítico não podia ser uma «especialidade» do campo da higiene mental [...]. Para denunciar a perspectiva de uma análise isolada, [...] lançamos uma con-signa humorística, parafraseando a fórmula de Trotski, contra a Psicanálise: «sobre um só divã, em uma só clínica ou um só Hospital Psiquiátrico...»” (Guattari, 1981a, p. 100). Bem se vê que além de ressaltar a imprescindibilidade da dimensão analítica, a expressão *análise institucional* tem uma função de cunho estratégico: remeter a uma *abertura* no campo analítico, até então restrito à ação dos especialistas *psi* e à consideração de fatores *psi*. Guattari receia que, como outras invenções libertárias, a recém-concebida *Análise Institucional* venha a se tornar novidade no mercado de consumo, disciplina acadêmica, técnica oficial; enfim, *fetiche* de alguma totalização sujeitadora.

Diversos textos revelam esta preocupação. No primeiro número da *Revue de Psychothérapie Institutionnelle*, por exemplo, assim se inicia o artigo “A Transversalidade”: “A terapêutica institucional é uma criancinha frágil. [...] A ameaça mortal que pesa sobre ela não reside numa debilidade congênita, mas [...] no fato de haver facções de tudo quanto é espécie que não veem a hora de raptar seu objeto específico. Psicólogos, psicossociólogos e mesmo psicanalistas lhe arrancarão uns pedaços com os quais farão «seu negócio» enquanto que a ave de rapina ministerial está esperando a hora em que poderá incorporá-la [...].” (Guattari, 1981b, p. 88).

Em que pese o tom paranoico¹¹ quando da referência às “facções” — lembrando acusações partidárias de *atividade fracional* — e a leve ressonância de temor à “recuperação”¹² — uma *criancinha frágil* pervertida por forças hegemônicas —, importa dar atenção às especialidades designadas como perigosos raptadores: os *psi* (psicólogos, psicossociólogos, psicanalistas). Guattari jamais deixou de lançar sobre a Psicologia cortantes objeções, fundadas na rejeição ao caráter universalizante da disciplina, sempre disposta a ignorar as mediações (institucionalizações) sob as quais seus famosos resultados são obtidos. As suspeitas quanto às instituições psicossociológica e psicanalítica merecem considerações mais matizadas, pois Félix poderia ser delas considerado um descendente. Lembremos, porém, que jamais foi fácil fixar este intelectual sem sobrenome, título ou filiação. Desde o tempo do GTPsi, não só critica os *especialismos* como sonha em conciliar o inconciliável: política, psicanálise e psiquiatria.

Os primeiros artigos, exposições e conferências desse período batalham para construir pontes entre estes três universos aparentemente díspares. Pois Félix, dedicado às passagens, despreza totalizações autonomizantes de qualquer tipo: ao *simples* das reduções, prefere o *complexo* dos agenciamentos coletivos. Estes ganharão face organizacional via criação, em 1966, da Fgeri (Federação dos Grupos de Estudos e Pesquisas Institucionais), congregando psiquiatras interessados em Psicoterapia Institucional, professores originários do Movimento Freinet, estudantes ligados à Mnef e ao movimento dos Bapu, sem contar arquitetos, urbanistas, sociólogos, cineastas, antropólogos e, inclusive, *psicanalistas* e *psicossociólogos*. A Fgeri constitui a base material da *Análise Institucional* conforme a entende Guattari: ali se procura incorporar um *determinado*

11 O termo *paranoico* é usado no sentido produtivo-desejante que lhe dá Guattari, e não no de uma psicopatologia subjetivista.

12 O argumento da recuperação, conforme aponta Castel (1978), é passível das mais acerbas objeções por parte de uma abordagem institucionalista, dado que pressupõe uma pureza inicial seguida de uma queda no institucional.

processo analítico à atividade de cada um dos grupos federados. Tal processo se compõe de duas dimensões fundamentais: investigação acerca da investigação e investigações transdisciplinares. Pela primeira expressão, entende-se uma análise que “leve em conta [...] que os investigadores não podem compreender seu objeto a não ser com a condição de que eles mesmos se organizem, de que se questionem a propósito das coisas que não têm nada a ver, aparentemente, com o objeto de sua investigação” (Guattari, 1981a, p. 88). Compondo esta prática, na Fgeri, arquitetos e urbanistas discutem sua vida de desejo; psiquiatras, as renovações no campo pedagógico; antropólogos, o campo simbólico instaurado pelas mediações grupais, etc. Somos, assim, remetidos à segunda dimensão, ou melhor, ao *transdisciplinar*. “[...] os arquitetos e urbanistas [...] organizavam igualmente encontros com outros grupos, tais como os dirigentes do movimento estudantil, enfermeiros psiquiátricos, professores, etc. . . . Somente esse rodeio [...] permitiu desbloquear falsos problemas, relativos, por exemplo, às funções do espaço, dos volumes, dos níveis, das comunicações, inclusive até das cores. . . .” (p. 97).

Desses encontros *transdisciplinares* participa gente tão variada quanto Françoise Dolto, Maud Mannoni, François Tosquelles, Ronald Laing, David Cooper, Jean e Fernand Oury, Roger Gentis e, mesmo, Jacques Lacan. Vários militantes estudantis costumam estar presentes, bem como alguns dos perigosos *raptos psicossociológicos*. René Lourau relembra uma jornada conjunta de psiquiatras da corrente da psicoterapia institucional e pedagogos institucionalistas. Entre os dois grupos, percebe ao menos um ponto em comum: “a vontade, submetida à crítica e à autocrítica [...], de satisfazer certas tendências microssocialistas pela ação no interior das instituições” (Lourau, 1979b, p. 55). Ao narrar a jornada em pauta, destaca outras convergências: crítica ao modo colonizador de tratar a criança e o louco; rejeição da psiquiatria e da escola instituídas; busca de um sentido para o termo *política* que o desvincule das

formas estatais e partidárias; análise crítica das instituições, dotada de uma passagem ao ato, que transforma o que (já) pode ser transformado, mesmo antes de uma hipotética revolução global, etc. Lançando mão do *olhar dos outros* — direita gaullista e esquerda oficial —, Lourau chega, orgulhosamente, a identificar como igualmente *loucos* tanto os psiquiatras como os professores que ousam modificar o *statu quo*: “Para dizer a verdade, vocês [...] estão afetados da mais grave das loucuras, aquela que põe em causa o equilíbrio precário, mas precioso, que embala uma sociedade doente: a loucura que se enclausura no gueto da utopia, do anarquismo, do intelectualismo, do idealismo” (p. 60).

Neste ano de 1966 aparece *Recherches*, revista editada pela Fgeri. O primeiro número contém um artigo de Lourau, de novo indicando que os pedagogos-psicossociológicos e os novos analistas se encontram mais em aliança do que em oposição. O conteúdo do artigo, todavia, levanta pistas sobre começos de discrepância. Às perguntas mais (psic)analíticas relativas ao *desejo*, Lourau contrapõe as mais sociológicas acerca da *demanda social*; à afirmação quase sem fronteiras da Psicanálise, o valor do olhar sociológico; às análises da contratransferência restritas ao libidinal, a importância das relações econômicas e políticas; à (psic)análise da *criança*, uma (psico)sociologia do *aluno*; à *reforma erudita* das instituições psicanaliticamente informada, uma *sociologia da revolta* na tradição de vanguardas artísticas, libertinos, anarquistas. E principalmente, à noção de *aluno-cliente*, a importância de uma clarificação das demandas: “O fato de que o aluno não seja cliente do professor [...] distingue a relação pedagógica da relação terapêutica mais geral [...]. Como minha demanda de professor, e de professor «desviante», pode coincidir com a demanda da instituição que me emprega, com a demanda social que se exprime através da decisão dos pais [de enviar os filhos à escola para «formar-se»], com a demanda dos alunos?” (Lourau, 1979c, p. 123). Por diversas vezes, no escrito em questão, Lourau usa a expressão

sociologia do desejo, no intuito de acentuar a necessidade de uma análise da demanda social que não redunde em enfoques subjetivistas. Nesta *sociologia do desejo*, aspira-se a não identificar a demanda do professor e do aluno, conforme conscientemente vividas, com a que se exerce sobre o professor e o aluno — condições institucionais das primeiras.

Nada disso está em desacordo com as proposições que animam a Análise Institucional segundo Félix Guattari. No referencial da Fgeri, *toda análise é institucional*: o inconsciente ou *desejo* jamais se confundem com as leis objetivas que o discurso da ordem (psicológico, sociológico, jurídico, político ou mesmo psicanalítico) estabelece como definitórias de pretensos indivíduos, grupos ou organizações. Para Guattari, somente um método de análise *em situação* permite trazer à luz o engendramento institucional do desejo. Assim, não mais existe o desejo, apenas *singularidades desejantes* derivadas de uma multiplicidade de *agenciamentos de enunciação*, que remetem a funcionamentos sociais, familiares, econômicos, políticos, semióticos, culturais, urbanísticos, psiquiátricos, pedagógicos, etc.

Malgrado a diferença de linguagem, Guattari e Lourau não são adversários em sua aspiração comum a condicionar a apreensão de certos efeitos visíveis e/ou enunciáveis à especificação de suas condições inconscientes de engendramento. No entanto, estas mesmas *condições institucionais* podem definir proximidades e distâncias entre analistas institucionais, numa cartografia que, no caso, obedece menos à coerência epistemológica do que às relações de força configuradoras de regimes de verdade. Por isso, as nascentes Análises Institucionais *tradição Psicossociologia Crítica* (Lourau, Lapassade e o GIP) e *tradição Psicanálise Crítica* (Guattari, a Fgeri e o GET) acabarão por não preservar aliança mais efetiva. Frequentemente alcinharão uma à outra de *mera Psicanálise* ou *simples Psicossociologia*, alegando perdida a crítica seja no olimpo dos detentores do monopólio do inconsciente, seja no mercado de técnicas da psicologia social. À vertente Lourau-Lapassade se objetará continuar

limitada a um microsocialismo espontaneísta. A Guattari-e-os-Oury, manterem-se submetidos ao reformismo *alienista* ou *pedagoga*.

Em 1980, ao analisar os tempos do GTPsi e da Fgeri, Félix se referiu aos começos do distanciamento: "Foi neste contexto que as noções de transversalidade, transferência institucional, analisador, foram lançadas para serem depois recolhidas por psicossociólogos como Lapassade, Lourau, Lobrot [...] Se por vezes lhes tenho reprovado o fato de haver usado, mal usado, estas noções, é unicamente porque as levaram a um terreno universitário ou a práticas especializadas de psicossociologia" (Guattari, 1981a, p. 97). A preocupação é, pois, menos *epistemológica* do que *institucional*: não se refere a saber se outros agentes usam *transversalidade* ou *analisador* no sentido concebido por seu (suposto) autor, mas ao tipo de funcionamento posto em ação sob a égide dos mesmos — transversalizante/transdisciplinar ou monopolístico/especializante? Em nossa perspectiva, todavia, questões análogas poderiam ser dirigidas por Lourau e Lapassade a alguns dos grupos articulados a Guattari, como anteriormente exemplificamos via as críticas dos primeiros às concepções de Oury e Vasquez (membros do GET e da Fgeri).

Finalizando a exposição das restrições de Guattari à especialidade psicossociológica, convém fazer um volteio pelo conceitual. Isto porque, paradoxalmente, poucos conceitos guattarianos alcançaram tanto sucesso quanto a diáde, na superfície bem psicossociológica, *grupo sujeitoado/grupo sujeito*. Muito sartrianas, facilmente associáveis à dupla *série/grupo em fusão*, tanto compartilham o êxito alcançado pela *Crítica da razão dialética* na esquerda libertária como se revestem de uma função de *palavra de ordem*.

À primeira vista muito concreta, a dupla de noções alcança fácil difusão em um contexto permeável à psicossociologia. Serve assim, ocasionalmente, a uma maniqueísta classificação dos grupos em maus (sujeitados) ou bons (sujeitos); por

outras vezes, a revelar a *distinção*, no sentido bourdieudiano, do psicossociólogo. Neste último caso, o *bom-tom esquerdista* introduzido é análogo ao conseguido com a referência ao *nível institucional*, já denunciado por Lapassade.

Esta descrição de aventuras/desventuras conceituais tenta tornar palpável a *dimensão institucional* da inevitavelmente impura *dimensão epistemológica*. Não desejamos, contudo, desconsiderar a palavra textual, de modo algum mais pura, porém carregada de nuances singulares. Em 1962/63, em uma exposição no GTPsi, Félix acentua a importância de constituir um “arsenal conceptual operativo” apto a articular a *análise* com o *campo político*. Tentando ir além de uma simples orientação humanista, frisa ser necessário estabelecer precisões metodológico-conceituais ao falar sobre grupos e distingue, com o auxílio de imagens, os *grupos sujeitados* dos *grupos sujeitos*: “Se considerarmos grupos históricos, por exemplo, durante a constituição dos primeiros estados do Egito antigo, a associação de tribos de agricultores sedentários [...], se tem a impressão de que o surgimento de uma lei unificante de caráter político e religioso se efetuou de uma maneira quase mecânica. [...] Verdadeiro ou falso, sugiro esta imagem apenas para ilustrar o que entendo por grupos sujeitados: grupos que recebem sua lei do exterior, diferentemente de outros grupos, que pretendem fundar-se a partir da assunção de uma lei interna; estes são grupos fundadores por si mesmos, cujo modelo há de ser procurado do lado das sociedades religiosas ou militantes, e cuja totalização depende de sua capacidade de encarnar essa lei” (Guattari, 1976b, p. 59).

Este esboço contrapõe-se a qualquer psicossociologia abstrata que queira falar d’o grupo. Ressalta só existirem grupos, jamais independentes das práticas que os instituem: grupos não são entidades, mas modos sócio-históricos de funcionamento. Na sequência da exposição revela-se o valor estratégico do enfoque: o próprio GTPsi é analisado como passível tanto de efetuar um “corte subjetivo” — afirmando sua lei interna

como grupo cultural — quanto de ver-se “recuperado como falo da psiquiatria francesa [...], com o risco [...] de estruturar-se ao modo da serialidade” (p. 60). Os ingredientes sartrianos não tardam a conectar-se com os psicanalíticos: o grupo-sujeito é pensado como aquele que é *consciente* da lei que ele mesmo se dá, mas *inconsciente* da determinação que outros grupos tomam dele. Félix entende esta determinação como desenvolvendo-se *no campo da linguagem*, circulando na sociedade em *estado de código*. Chama atenção, assim, para a *dimensão institucional* do *plano conceitual*: apenas *desviando o sentido* de conceitos habitualmente utilizados em outros campos — instituição, psiquiatria, grupo, etc. — é que o GTPsi-sujeito poderá irromper “nas sociedades de Psicanálise existentes, nas correntes marxista, cristã, existencialista, irrupção que é tanto mais radical quanto o fato de que nos desconhecem completamente a princípio e não podem, portanto, descobrir, ao menos por um tempo, nossas opções estratégicas” (p. 61).

Esta *estranheza participante* defendida à maneira do Lapassade de *A entrada na vida* dá a medida dos temores de Félix quanto à incorporação de armas conceituais ainda em elaboração a campos disciplinares/disciplinadores. Se, como vimos, os receios não são suficientes para manter suas invenções a salvo, isto não se deve à ausência de desvios por parte do inventor. Não havendo ainda, na sociedade contemporânea, grupos-sujeitos propícios a oferecer um campo de recentração a inúmeras virtualidades de corte subjetivo — loucura e prática revolucionária desviante, por exemplo —, há, decerto, necessidade de inventá-los. Serão eles, segundo Félix, grupos analíticos-e-militantes, nos quais nem a castração constituirá destino culpabilizante nem a luta revolucionária submissão a uma hierarquia burocrática: “A iniciação militante é a aceitação da finitude de todo empreendimento humano, a ausência de toda garantia transcendental, a morte *de Deus* e já não a morte culpabilizante do pai e sua sanção castradora na iniciação edipiana” (p. 62).

A temática dos grupos sujeitados/grupos sujeitos é de novo abordada em dois trabalhos de 1964, "A transferência" e "A transversalidade". No primeiro, debatem-se os fenômenos transferenciais para além do campo da experiência psicanalítica clássica, enfocando a transferência *no grupo* e *institucional*. Tomando de empréstimo algumas fórmulas de Lacan — *estruturado como uma linguagem, palavra plena, palavra vazia, alienação no discurso do outro, etc.* —, Félix pergunta se existe possibilidade de instituir algo de política e analiticamente novo em situações tão alienantes como o hospital psiquiátrico e a escola. A pergunta não é de desprezar. Porque enquanto alguns movimentos políticos — a UEC dos italianos, a Unef da esquerda sindical, *La Voie Communiste*, Socialismo ou Barbárie — ou *profissionais* — Psicoterapia e Pedagogia Institucionais, incipiente Análise Institucional — batalham para implantar dispositivos renovadores, os comandantes dos partidos ditos comunistas seguem reafirmando a inutilidade de qualquer reforma através de uma conhecida fórmula: só a *política do pior* pode conduzir aos revolucionários *amanhã que cantam*. Confrontado a esta alternativa enrijecida — *reforma sempre parcial e possível sobre um pano de fundo alienante ou revolução monopolizada por alguns agentes desta mesma alienação* —, Félix se dedica a nuançar a distinção entre grupos sujeitados e sujeitos. Propõe entendê-los como *polos* entre os quais oscila qualquer grupo concreto, rompendo com o maniqueísmo dualista das classificações: "Não se trata [...] de considerar os fenômenos de alienação e desalienação como coisas em si, mas antes como vertentes, diferentemente expressas e desenvolvidas segundo contextos situacionais, de um mesmo objeto institucional" (Guattari, 1981c, p. 107). Na vertente de *sujeição* do grupo, apontam-se fenômenos tendentes a "curvá-lo sobre si mesmo". Aqui encontramos "tudo o que tende a proteger o grupo, a calafetá-lo contra as tempestades significantes (p. 107). Quando esta vertente domina, o grupo é "um sindicato de defesa mútua, um *lobby* contra a solidão, contra tudo que poderia ser

indexado como um caráter transcendental" (p. 107). Já na vertente do grupo-sujeito não há medidas de segurança: o *non-sense* assedia permanentemente, redundando no que se costuma chamar de *problemas, tensões, riscos* de cisão ou desagregação.

O grupo tendente ao polo sujeito pode, em certos momentos, oscilar em direção a um enclausuramento que lhe *garanta* ser, sempre, aquele que toma a palavra. O que tende ao sujeitado conserva, mesmo involuntariamente, uma potencialidade de corte subjetivo: transformações no contexto sócio-histórico podem levá-lo a se tornar porta-voz de uma *palavra plena* que, não sendo sua, ele acaba por veicular.

Estes conceitos exibem uma clara diferença de perspectiva entre a Análise Institucional nascente e a Psicoterapia Institucional, especialmente a da geração lacaniana. Esta última, ao pensar o grupo, parte de dois *extremos*: o corpo biológico e a linguagem que este recebe do outro, mediada pelas figuras parentais. Guattari, porém, sempre começa *do meio*,¹³ pensa sempre *entre*. No meio-começo está o grupo, absolutamente anterior ao indivíduo — corpo ou valor —, cuja constituição depende do primeiro. Fugindo aos grupalis-mos substancializantes, entretanto, a concepção em polos é *processual*: em princípio, *qualquer grupo* é passível de abertura a todos os agenciamentos significantes do *socius*. O grupo como série fechada — queda no prático-inerte de Sartre — é um *efeito*, não uma *natureza*.

Esta *abertura* remete ao conceito de transversalidade, cuja importância terapêutica é sublinhada por Félix: "Enquanto o grupo permanece objeto dos outros grupos, recebe o *non-sense*, a morte, de fora [...]. Mas desde que o grupo torna-se sujeito de seu destino, desde que ele assume sua própria finitude, sua própria morte, os dados de acolhida do superego são modificados, o limiar do complexo de castração específico a uma ordem social dada pode ser localmente modificado. Está-se no grupo

13 P. Veyne (1982) relaciona a historicização à prática de tomar pelo meio, conforme a concebe Deleuze.

[...] não para a eternidade, mas a título transitório: é o que chamei de estrutura de transversalidade" (Guattari, 1981c, p. 108). Como é perceptível no fragmento transcrito, a transversalidade — qual o superego ou o complexo de castração — está afetada de graus, limiares, coeficientes, definindo a margem de abertura de cada grupo específico a outros grupos. Através do primeiro conceito, a distinção entre grupo-sujeito e grupo-sujeitado se vê de novo matizada, libertando-se de maniqueísmos vários: o político, que contrapõe *centralismo* e *espontaneísmo*; o psiquiátrico, que confronta *normatividade terapêutica* e *identificação ao louco*; o psicossociológico, unicamente capaz de perceber *verticalidade* burocrática ou *horizontalidade* atomizante; e o psicanalítico, para o qual a palavra plena é sempre *individual*, sendo o grupo mero mediador simbólico ou socializador.

O artigo "A transversalidade" promove nova crítica de tais binarismos: "[...] qualquer grupo, mais especificamente os grupos-sujeitos, tende a oscilar entre estas duas posições [...]. Esta referência nos servirá de proteção para evitar cairmos no formalismo da análise de papéis e nos levará a colocar a questão do sentido da participação do indivíduo no grupo enquanto ser falante e a questionar assim o mecanismo habitual das descrições psicossociológicas e estruturalistas" (Guattari, 1981b, p. 92). Reativando a crítica à psicossociologia, Félix ousa chamar de *conteúdo manifesto* os fenômenos por ela abordados e de *conteúdo latente* o que demanda interpretação em função de *rupturas de sentido*. Mera dimensão (psic)analítica a introduzir nas práticas grupais? O pequeno fragmento citado nos faz suspeitar que não seja exatamente a isto que Félix aspira, dado que coloca em questão, igualmente, as descrições estruturalistas. Não sendo um psicossociólogo como os outros, tampouco é um psic(analista) como os demais.

Dados biográficos o desmentiriam, talvez: analisando de Lacan, membro da Escola Freudiana de Paris. . . Em que pesem tais vínculos, porém, Félix não é um grupo-sujeitado a

cumprir funções numa estrutura piramidal. Apesar dos receios quanto a raptos, tudo o rapta, impondo-lhe escapar ao endurecimento. De tal estilo de existência é revelador um acontecimento por ele narrado. Certo dia, após haver escutado as diatribes de Félix contra as práticas dos analistas — elitismo, hierarquia na seleção, rituais de submissão —, Lacan confessa estar ciente da existência dessas distorções, mas acrescenta: "Que queres, o que conta para mim é que, através de tudo isso, a análise possa continuar existindo". Ao que Guattari comenta: "Respondi-lhe então que com relação a esse ponto não tinha por que inquietar-se, que nessas condições a análise continuaria gozando de bem-estar durante muito tempo, que logo haveria tantos analistas como escreventes e farmacêuticos. Porém permaneci sensível a sua preocupação. Eu também! Eu sustento «que haja análise!» Só que não qualquer uma!" (Guattari, 1981a, p. 102).

Sendo esses tempos de *Belle Époque* estruturalista, para falar de produção (Marx) ou de desejo (Freud) passa a ser necessário pedir licença à teoria e a seus promotores (Althusser e Lacan, respectivamente). Fazê-lo, no entanto, é *ser falado* ou ter sua causa ouvida. Félix carrega seríssimas suspeitas de que tanto as instituições psicanalíticas como algumas daquelas ditas revolucionárias estejam bem pouco dispostas a se ver como *tal grupo, tal subjetividade, tal vergonha. . . tal análise!* Se, conforme pensa, inconsciente e história estão necessariamente conectados; se o sujeito "estala pelos quatro cantos do universo histórico" e "os conflitos de classe, as guerras, se tornam instrumentos de expressão de si mesmo" (Guattari, 1976d, p. 181), como não lamentar que para várias pessoas envolvidas em processos analíticos de diferentes tipos — professores, médicos, militantes de distintas tendências —, a instituição psicanalítica funcione como fator superegoico, elemento de deslegitimação, de enclausuramento na solidão? Como não denunciar que, neste caso, "os psicanalistas já não poderão se preocupar em cuidar dos enfermos, mas sim somente dos burocratas [...]"

poderíamos inclusive imaginar que a Psicanálise não terá sentido senão para psicanalizar os psicanalistas; chegaríamos a um sistema iniciático, em uma sociedade que não terá por função senão fundar outra sociedade idêntica a si mesma [...] Agarrar os psicanalistas pelo pescoço e metê-los no asilo é como agarrar um padre da Idade Média para pô-lo na fábrica [...]” (Guattari, 1976b, p. 67).

Como pode funcionar libertariamente este agente assemelhado ao padre medieval? Simplesmente pelo recurso à teoria rigorosa? Chamando em seu auxílio o dispositivo estruturalista para glorificar a alteridade e orgulhar-se em dizer *estruturado como uma linguagem* o inconsciente? Félix, um dos primeiros lacanianos, não está convencido. Até mesmo porque suspeita que este *fora* — o da alteridade significativa — assemelha-se, cada vez mais, a um *dentro*. O psicanalista, laciano que seja, pratica o de sempre: deseja que seu paciente se identifique “a um perfil humano compatível com a lei social vigente” e assumam “uma marcação pelas engrenagens da produção e das instituições” (Guattari, 1981c, p. 110). Não oferecendo a sociedade moderna modelo satisfatório algum, apoia-se em alguns dos mitos forjados por Freud, erigindo-os em estruturas imutáveis que terminam por garantir “o sucesso e a rentabilidade da Psicanálise” (p. 111).

Mas... e se a questão fosse diversa? Se fosse a de forjar historicamente o inexistente, construindo um sujeito instituinte de sua própria lei,¹⁴ dispensado de recorrer a modelos alienantes? Neste caso, seria necessário inventar uma *análise outra*, ao invés de garantir a mera existência *da análise*. Analista/militante/historiador do presente, Guattari começa a ficcionar um analista, se não ainda esquivo, decerto menos arcaizante: “Toda investigação [...] mostra que as representações, os mitos, tudo

¹⁴ Em “Três problemas de grupo” — texto que prefacia *Psicanálise e Transversalidade* —, G. Deleuze (1976) ressalta a semelhança entre as teses de Guattari nos anos 1960 e as que eram desenvolvidas por Cardan (Castoriadis) em *Socialismo ou Barbárie*.

o que alimenta a segunda cena, todos esses personagens não são forçosamente: o pai, a mãe, a avó, ou os monstros sagrados da era secundária; são mais bem personagens que constituem as questões fundamentais da sociedade, quer dizer, a luta de classes de nossa época. [...] Se o psicanalista é cego para todas as coisas desta ordem [...], é impossível que possa ter acesso a certos problemas não somente políticos, como à axiomática inconsciente que é comum às pessoas que vivem na sociedade real” (Guattari, 1976b, pp. 67-8).

Falando em política e axiomática inconsciente, modo de produção e modo de desejo, ousa-se traçar uma linha de fuga. Sem reduzir, supersimplificar ou totalizar, imanentizam-se história e desejo, política e subjetividade. Para tanto, deve-se contrabandear conceitos preexistentes e/ou inventar novos. No que se refere à transversalidade, Guattari cria, uma vez mais, a frase cortante: “A transversalidade não é, depois de tudo, outra coisa senão uma tentativa de análise do centralismo democrático” (Guattari, 1976e, p. 232).

Transversalidade: terceira via em face das alternativas dilemáticas da *verticalidade* e da *horizontalidade*. Para os burocratas da existência, a passagem da segunda à primeira é a única forma de grupalização, de tipo *contratual*. Porém Félix, pouco afeito aos mitos autoproclamados para sempre verdadeiros, prefere trazer à cena formações coletivas improváveis: grupos de pássaros migradores, gangues de jovens de bairro, Comuna de Paris. Cada uma delas forja estrutura própria, representação no espaço, papel e trajetória sem que seja necessária “a reunião de um comitê central ou a elaboração de uma linha justa” (Guattari, 1976d, p. 190). O mito contratual não é, portanto, o único dispositivo capaz de produzir grupalização. Os movimentos analítico-revolucionários não correspondem necessariamente aos agenciamentos do tipo sociedade anônima, associação psicanalítica ou partido leninista. Tampouco as identificações coletivas fascistas a um líder são destinos,

embora sejam, decerto, possibilidades produtivo-desejantes, e não meras degenerescências de um desejo-originariamente-livre. Sendo assim, a fim de elaborar uma análise que não seja qualquer uma, é preciso *transversalizar*, igualmente, o lugar do analista, em geral concebido como objeto privilegiado de uma *transferência* congelada na dimensão *contratual*. Pois se a transversalidade é uma tentativa de análise do centralismo democrático, o conceito de *analisador* questiona esse exclusivo *contratualismo dual*: "Transferência e interpretação constituem um modo de intervenção simbólica, mas [...] não poderiam ser da alçada de uma pessoa ou de um grupo [...]. A interpretação, pode ser o débil mental de um serviço quem vai dar, se ele estiver em condições de reivindicar, num dado momento, por exemplo, que se organize um jogo de amarelinha, justo quando tal significante se tornará operatório ao nível do conjunto da estrutura [...]" (Guattari, 1981b, p. 95).

Félix não o diz com todas as letras na época, mas seu arsenal conceptual torna a *análise* que reivindica inseparável da *intervenção* no funcionamento cotidiano de grupos e organizações. Cada possibilidade operatória de sua máquina teórica implica um modo de ação e é por ele implicado. As intervenções de Guattari, em contraste com as dos mais tarde ditos socioanalistas, são menos *consultantes* do que *militantes*. No primeiro caso, o psicossociólogo crítico aceita uma encomenda instituída a fim de desconstruí-la do interior, criando dispositivos favorecedores da análise *daquilo que institui* a própria intervenção. Com Guattari, o que se chama intervenção jamais se oferece como dispositivo de consulta. É *aliando-se* às práticas cotidianas de movimentos aptos a promover agenciamentos singulares — La Borde, GTPsi, Fgeri e, no futuro, rádios livres, redes de alternativa à psiquiatria, movimentos de minorias, etc. — que Félix desencadeia processos analítico-militante-intervencionistas.

A crítica e o presente

TALVEZ tenha parecido excessivo o número de vezes em que, neste texto, emergiu o termo *crítica*. Não o fizemos para trazer de volta à moda o que se tem visto fora dela em tempos, os nossos, tão *acríticos*. Porém a *crítica*, em nossa perspectiva, não consiste em instituída atividade discursiva da competência de intelectuais que se pensam acima de seu próprio presente; é cotidiana *reflexão/ação sobre limites*, em que somos, indissoluvelmente, elementos e atores. A crítica é, em suma, um *trabalho*: "aquilo que é suscetível de introduzir uma diferença significativa no campo do saber, ao custo de um certo esforço [...], e com a eventual recompensa de um certo prazer, quer dizer, de um acesso a uma imagem outra da verdade" (Association pour le Centre Michel Foucault, 1989, p. 7).

Julgamos que a série de configurações apresentadas, componentes da genealogia do institucionalismo francês, atendam a esta aspiração. Historicizam a constituição de limites nos modos de pensar/agir/ser e, especialmente, divisam em meio a estes certas *fraturas*, capazes de abrir algum espaço de liberdade *situada*. O acrobata Lapassade e o contrabandista Guattari portam, em seus escritos, tanto acuradas análises das condições (*institucionais, inconscientes ou invisíveis*) das práticas a que se dedicam — psicossociologia, pedagogia, terapêutica, militância — como uma *dimensão experimental* de transformação *possível*. Criticismo, portanto, *de ação* e não de renúncia: ousadia de metamorfosear mandatos supostamente imutáveis em dados contingentes; de transformar encargos sociais a cumprir em constrangimentos históricos a contrariar e desconstruir. Se de intelectuais ainda se trata, nada têm de *universais*: seu *intervencionismo* permanentemente afirmado, necessariamente *coletivizador* da análise das forças em jogo e das produções de subjetividade a elas imanente, define-os como *específicos e implicados* — aqueles que aceitam o risco de *reinventar* os modos de pensar/

agir/ser a cuja *reprodução* estão historicamente vinculados. Dentre estes modos destacamos, no decorrer do presente texto, as práticas grupais, em relação às quais acreditamos que Lapassade e Guattari ofereçam pistas *ainda* atuais, desde que suas produções sejam apresentadas naquela *processualidade genealógica* aqui ensaiada.

Nesta direção, falemos um pouco de nosso presente-mais-presente: o trabalho com grupos se defronta, hoje, com uma situação paradoxal. Depois de um período supostamente glorioso (década de 1970/início da de 1980), parece cair em ativo esquecimento: não mais se fala tanto de grupos, não mais se formam tantos grupelistas. Simultaneamente, desejados desafios de reformulação radical no panorama brasileiro de assistência em saúde, saúde mental, educação, cultura, etc. — por vezes sintetizados na expressão *elaboração de políticas públicas* — exigem novo apelo aos dispositivos grupais. No campo da saúde mental, por exemplo, investe-se na desinstitucionalização da *experiência manicomial com e sem muros*. Planejam-se ou se põem a funcionar, mesmo que por vezes precariamente, centros de atenção psicossocial, hospitais-dia, centros de convivência, oficinas e lares protegidos, cooperativas de trabalho e/ou lazer, etc. Para tanto, as práticas grupais são convocadas. Todavia, é como se tudo tivesse de recomeçar: nos grupos e coletivos atuais, a *instituição manicomial* — muralhas concretas ou em rede, monopólios de competência técnica, classificações diagnósticas, tutela terapêutica, etc. — assedia por todos os lados. As saídas *individuais* (ou *duais*) em nada são melhores, embora pareçam mais protegidas de objeções exatamente por se terem tornado *quase-naturezas* sob as condições que se deseja desconstruir (psiquiatrização/terapeutização/psicanalização da existência).

Que pistas *ainda* nos traz o trabalho do acrobata e do contrabandista? Não é fácil sintetizá-las sem supersimplificações depois do caminho percorrido. Tentaremos uma enumeração não exaustiva, na esperança de que traga de volta as

multiplicidades calidoscópicas abordadas ao longo do artigo. Podemos, assim, destacar: um sentido ativo do conceito de instituição, que não se confunde com o estabelecimento ou a organização; o caráter imprescindível, em quaisquer grupos, da análise de suas condições institucionais de existência; a crítica em ato aos especialismos naturalizados; a análise coletiva das implicações, de eventuais *coordenadores* e outros *participantes*, com as instituições em jogo, propiciando, sempre que possível, a ruptura dessa dicotomia hierarquizante; a transversalização da análise, escapando às mitologias que sobrecodificam o presente; a desabstratificação do objeto grupo, substituído por um dispositivismo-pluralismo radicalizado (só há grupos, sempre singulares, cujo funcionamento é condicionado pelas práticas discursivas, não discursivas e subjetivantes que os instituem); a crítica dos contratualismos e centralismos verticalizantes, bem como dos horizontalismos atomizantes ou interatomizantes; a análise dos agenciamentos coletivos de enunciação como processualidades não maniqueístas; a imanenência desejo-produção; a desmistificação dos funcionalismos adultista-moralizantes; a inseparabilidade entre os modelos teóricos e os modos de ação cotidianos; a ênfase na instauração de dispositivos analítico-autogestivos (concebendo-se *autogestão* menos como palavra de ordem do que como provocação analítica); a desconstrução de níveis ou instâncias reificados (grupal, organizacional, institucional); o questionamento das origens e limites instituídos (antes-depois, dentro-fora), substituídos por uma genealogia/cartografia que sempre começa *pelo meio*; a derrubada de estátuas doutrinárias outrora intocáveis (psicanalismo, não diretivismo, grupismo... até mesmo institucionalismo!); a articulação conceitual da produção grupal com a fabricação de subjetividades; uma efetiva transdisciplinarização dos saberes, irreduzível a pactos multi ou interdisciplinares; o entendimento das demandas como sempre produzidas, inclusive, e especialmente, pelos dizeres e fazeres dos especialistas, etc.

Não tememos que essas pistas sejam *raptadas*, tampouco *recuperadas*. Advertimos, simplesmente, que há movimentos perigosos no ar: os empreendimentos neoliberais, por exemplo, fazem das reivindicações participacionistas *seu negócio*, sobrecodificando de capital — monetário ou simbólico — as ações grupais e autogestionárias. Tentam delas fazer, em suma, formas atualizadas de regulação da vida. Cabe a nós lutar em outra direção, como fizeram, nos momentos aqui focalizados, o acrobata e o contrabandista. Por que fazer grupos, hoje, *em perspectiva institucionalista*? Simplesmente para fazê-los, instaurando práticas ético-políticas, ou melhor, práticas refletidas de liberdade — insistimos ainda uma vez.

Referências bibliográficas

- ANZIEU, D. & MARTIN, J.-Y. *La dynamique des groupes restreints*. Paris: PUF, 1990.
- ASSOCIATION POUR LE CENTRE MICHEL FOUCAULT (org.). *Michel Foucault philosophe*. Paris: Seuil, 1989.
- CASTEL, R. *Opicanalismo*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.
- CASTORIADIS, C. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- COIMBRA, C. M. B. *Guardiões da ordem: algumas práticas psi no Brasil do "milagre"*. Rio de Janeiro: Oficina do Autor, 1995.
- DELEUZE, G. Três problemas de grupo. In: Guattari, F. *Psicoanálisis y transversalidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976.
- DUBOST, J. & LÉVY, A. El análisis social. In: Guattari, F. et al. *La intervención institucional*. Mexico: Folios, 1981.
- FONVIEILLE, R. Éléments pour une histoire de la pédagogie institutionnelle. In: Hess, R. & Savoye, A. (orgs.). *Perspectives de l'analyse institutionnelle*. Paris: Meridiens Klincksieck, 1988.
- FOUCAULT, M. Interview with Lucette Finas. In: Morris, M. & Patton, P. (eds.). *Michel Foucault: power, truth and strategy*. Sidney: Federal Publications, 1980.
- FREINET, C. *Pour l'école du peuple*. Paris: Maspero, 1969.
- GUATTARI, F. Reflexiones sobre la terapia institucional. In: *Psicoanálisis y transversalidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976a.
- GUATTARI, F. Introducción a la psicoterapia institucional. In: *Psicoanálisis y transversalidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976b.

- GUATTARI, F. Reflexiones para filósofos sobre la psicoterapia institucional. In: *Psicoanálisis y transversalidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976c.
- GUATTARI, F. El grupo y la persona. In: *Psicoanálisis y transversalidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976d.
- GUATTARI, F. La causalidad, la subjetividad y la historia. In: *Psicoanálisis y transversalidad*. Buenos Aires: Siglo XXI, 1976e.
- GUATTARI, F. Entrevista. In: Guattari, F. et al. *La intervención institucional*. Mexico: Folios, 1981a.
- GUATTARI, F. A transversalidad. In: *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1981b.
- GUATTARI, F. A transferência. In: *Revolução molecular*. São Paulo: Brasiliense, 1981c.
- HAMON, H. & ROTMAN, P. *Génération I: les années de rêve*. Paris: Seuil, 1987.
- HESS, R. & SAVOYE, A. *L'analyse institutionnelle*. Paris: PUF, 1993.
- LAPASSADE, G. *A entrada na vida*. Lisboa: Edições 70, 1975.
- LAPASSADE, G. *Grupos, organizações e instituições*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1977a.
- LAPASSADE, G. El aprendizaje del análisis. In: Lourau, R. et al. *El análisis institucional*. Madri: Campo Abierto, 1977b.
- LAPASSADE, G. Función pedagógica del T-Group. In: *El analizador y el analista*. Barcelona: Gedisa, 1979a.
- LAPASSADE, G. La intervención en la Unef. In: *El analizador y el analista*. Barcelona: Gedisa, 1979b.
- LAPASSADE, G. El seminario de Lys-Chantilly. In: *El analizador y el analista*. Barcelona: Gedisa, 1979c.
- LAPASSADE, G. *Socioanálisis y potencial humano*. Barcelona: Gedisa, 1980.
- LAPASSADE, G. La intervención en las instituciones de educación y de formación. In: Guattari, F. et al. *La intervención institucional*. Mexico: Folios, 1981.
- LAPASSADE, G. & LOURAU, R. *Chaves da sociologia*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.
- LOURAU, R. *A análise institucional*. Petrópolis: Vozes, 1975.
- LOURAU, R. Pequeña historia de los institucionalistas. In: Lourau, R. et al. *El análisis institucional*. Madri: Campo Abierto, 1977.
- LOURAU, R. *Sociólogo em tempo inteiro*. Lisboa: Estampa, 1979a.
- LOURAU, R. Pour une nouvelle pédagogie. In: *L'illusion pédagogique*. Paris: Epi, 1979b.

- LOURAU, R. Une dimension de l'institution: la demande sociale. In: *L'illusion pédagogique*. Paris: Epi, 1979c.
- NORA, P. et al. L'aventure des idées. *Le Débat*, n.º 50. Paris: Gallimard, mai.-ago. 1988.
- OURY, F. & VASQUEZ, A. *Vers une pédagogie institutionnelle*. Paris: Maspero, 1982.
- RODRIGUES, H. B. C. *As subjetividades em revolta: institucionalismo francês e novas análises*. Mestrado. Rio de Janeiro, IMS/erj, 1993.
- STENGERS, I. Transmissão de saber e de técnicas e novas formações de poderes. In: Elkaim, M. (org.). *Formações e práticas em terapia familiar*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1988.
- VEYNE, P. Foucault revoluciona a história. In: *Como se escreve a história*. Brasília: EUB, 1982.

2.

Solange L'Abbate

ANÁLISE INSTITUCIONAL E SAÚDE COLETIVA: PESQUISA E INTERVENÇÃO

A ANÁLISE Institucional (AI), criada na década de 1960 na França, difundida no Brasil nos anos 70, é uma abordagem teórico-metodológica que oferece fundamentos para análise de objetos da área da Saúde Coletiva (SC). A articulação entre AI e SC, iniciada em 2001, encontra-se atualmente bastante consolidada, conforme demonstrado neste texto, que aborda brevemente a AI, seguida de uma síntese da trajetória da SC e da apresentação de quatro trabalhos nos quais AI e SC se articulam. Uma breve referência à conjuntura pela qual o Brasil está passando finaliza o texto.

Análise Institucional (AI) e Socioanálise (SOC), um novo paradigma?

A AI NASCEU da interação entre intervenção e pesquisa, teoria e prática. Teve como “fundadores”: Félix Guattari (1987, p. 68) criador da expressão *Análise Institucional*, “para nomear uma tendência teórica e prática que se tornou movimento na década de 1960 na França”, marcado, sem dúvida, pelo “maio de 68”; Georges Lapassade (1989) “inventor” da *Socioanálise*, a partir de intervenções junto a grupos de estudantes franceses nos anos 60 e René Lourau que sistematizou